




# Como Exportar Portugal

 entre

**BrazilTradeNet**



Ministério das Relações Exteriores  
Departamento de Promoção Comercial  
Divisão de Informação Comercial



	Página
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	2
<b>MAPA</b> .....	3
<b>DADOS BÁSICOS</b> .....	4
<b>I - ASPECTOS GERAIS</b> .....	5
1. Geografia.....	5
2. População, Centros Urbanos e Nível de Vida .....	5
3. Transportes e Comunicações.....	8
4. Organização Política e Administrativa.....	10
5. Organizações e Acordos Internacionais .....	11
<b>II - ECONOMIA, MOEDA E FINANÇAS</b> .....	12
1. Evolução Econômica Recente .....	12
2. Principais Setores de Atividade .....	14
3. Moeda e Finanças .....	20
4. Sistema Bancário .....	22
<b>III - COMÉRCIO EXTERIOR</b> .....	23
1. Evolução Recente: Considerações Gerais .....	23
2. Direção do Comércio Exterior .....	23
3. Composição do Comércio Exterior .....	25
<b>IV - RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS</b>	
<b>BRASIL-PORTUGAL</b> .....	28
1. Intercâmbio Comercial Bilateral .....	28
2. Composição do Comércio Exterior .....	29
3. Principais Acordos Econômicos com o Brasil .....	33
<b>V - ACESSO AO MERCADO</b> .....	34
1. Sistema Tarifário da União Européia .....	34
2. Regulamentação de Importação .....	34
3. Documentação e Formalidades .....	36
4. Regimes Especiais .....	37
<b>VI - ESTRUTURA DE COMERCIALIZAÇÃO</b> .....	41
1. Canais de Distribuição .....	41
2. Promoção de Vendas .....	43
3. Práticas Comerciais .....	44
<b>VII - RECOMENDAÇÕES ÀS EMPRESAS</b>	
<b>BRASILEIRAS</b> .....	47
<b>ANEXOS</b> .....	50
<b>I - ENDEREÇOS</b> .....	50
1. Órgãos Oficiais .....	50
2. Empresas Brasileiras .....	53
3. Câmaras de Comércio .....	54
4. Principais Entidades de Classe .....	54
5. Principais Bancos .....	55
6. Principais Feiras e Exposições .....	56
7. Meios de Comunicação .....	58
8. Consultoria de Marketing .....	59
9. Aquisição de Documentação .....	59
10. Companhias de Transporte Para o Brasil .....	60
11. Supervisão de Embarques .....	61
<b>II - FRETES E COMUNICAÇÕES COM O BRASIL</b> .....	62
1. Informações Sobre Fretes .....	62
2. Tarifas das Comunicações para o Brasil .....	62
<b>III - INFORMAÇÕES SOBRE O SISTEMA GERAL DE</b>	
<b>PREFERÊNCIAS</b> .....	63
<b>IV - INFORMAÇÕES PRÁTICAS</b> .....	64
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	66



## INTRODUÇÃO

Situado na península ibérica, Portugal faz fronteira com a Espanha e com o Oceano Atlântico. Sua superfície é equivalente à do estado de Santa Catarina e conta com mais de dez milhões de habitantes. A economia do país, nos últimos quinze anos, tem sido em grande parte beneficiada pela condição de membro da União Européia e pela adoção da moeda comum em 1999.

O PIB português, em 2004, alcançou US\$ 167,9 bilhões, apresentando um aumento de 1% em relação a 2003. Este desempenho provavelmente não se repetirá em 2005, visto que, até o mês de setembro, o PIB cresceu apenas 0,3%. Isso se deve, em parte, a mudanças na política fiscal e ao baixo incremento dos investimentos e das exportações. O setor de serviços, em que se destaca o turismo, concentra a maior parte do PIB português, com 63,2% do total, seguido pelo setor industrial, com 30,7%, no qual se destacam as indústrias automotiva, têxtil, de vestuário e de calçados.

O PIB *per capita* é de US\$ 16.144, o que reflete o aumento do consumo privado nos últimos dois anos. Apesar de a renda portuguesa *per capita* estar aproximadamente 30% abaixo da média da União Européia, o potencial de crescimento é alto, em razão das próprias exigências do Bloco e das reformas estruturais que vêm sendo realizadas no país.

O comércio exterior ocupa posição relevante na economia portuguesa. Em 2004, as exportações alcançaram os US\$ 35,6 bilhões, enquanto as importações atingiram US\$ 54,8 bilhões. A balança comercial portuguesa é persistentemente deficitária. Os principais produtos importados são máquinas e equipamentos industriais, veículos e químicos, enquanto a exportação é concentrada em veículos, equipamentos, roupas e calçados. Grande parte das importações provém de países da União Européia, seguidos dos Estados Unidos.

O intercâmbio comercial entre Brasil e Portugal apresentou importante crescimento nos últimos cinco anos, chegando a US\$ 1,1 bilhão em 2004, dos quais US\$ 961,4 milhões correspondem às exportações brasileiras. Esse montante equivale a 4% das exportações brasileiras dirigidas à União Européia. Os principais produtos exportados são: petróleo, soja, ferro/aço e madeiras. As importações de origem portuguesa somam US\$ 190,7 milhões e são compostas, em sua maior parte, por azeite de oliva, sulfetos de cobre e óleos lubrificantes.

Portugal passa atualmente por uma profunda reforma estrutural, que objetiva instalar o país em patamar competitivo semelhante ao de seus pares europeus. O Governo, eleito em fevereiro de 2005, planeja maciços investimentos em infraestrutura. Entre esses projetos destacam-se, pelo volume dos recursos, o novo aeroporto, localizado na cidade de Ota, e a construção de uma linha de trem de alta velocidade para Madrid, na Espanha. O Governo português pretende desenvolver, ainda, programas de privatização parcial de empresas estatais, em especial as do setor energético.



*Portugal*

■ Sumário



**DADOS BÁSICOS****Superfície:** 92.389 km<sup>2</sup>**População:** 10.474.685 habitantes (2001)**Densidade demográfica:** 113,3 hab/km<sup>2</sup> (2001)**População economicamente ativa:** 5,379 milhões (2002)**Principais cidades:** Lisboa (capital), Porto, Braga, Coimbra, Setúbal, Guimarães, Aveiro e Faro.**Moeda:** Euro (€)**Cotação da Moeda:** € 1,00 = US\$ 1,202 (Setembro 2005)**PIB (preços correntes):** 2004: US\$ 167,9 bilhões  
PIB, a preços e taxas de câmbio de 2003: US\$ 147,8 bilhões**Origem do PIB:**

Agricultura , silvicultura e pesca	5,8%
Indústria, construção, eletricidade, água e gás	30,7%
Serviços	63,2%

**Crescimento Real do PIB:**

2004 = 1,0 % (estimativa)

2003 = -1,1 %

2002 = 0,4 %

**PIB per capita:** US\$ 16.144 (2004)**Comércio exterior:**

Exportações (FOB): 2004: US\$ 35,6 bilhões  
2003: US\$ 31,3 bilhões  
2002: US\$ 25,5 bilhões

Importações (CIF): 2004: US\$ 54,8 bilhões  
2003: US\$ 45,03 bilhões  
2002: US\$ 38,3 bilhões

**Intercâmbio comercial Brasil-Portugal:**

Exportações para Portugal (FOB):  
2004: US\$ 961,4 milhões  
2003: US\$ 627,8 milhões  
2002: US\$ 581,7 milhões

Importações de Portugal (CIF):  
2004: US\$ 190,7 milhões  
2003: US\$ 143,4 milhões  
2002: US\$ 169,3 milhões



### I - ASPECTOS GERAIS

#### 1. Geografia

##### Localização e superfície

Portugal está localizado no extremo sudoeste da Europa, entre os paralelos 37º e 42º de latitude e os meridianos 6º e 9.5º a oeste de Greenwich, limitando-se a leste e ao norte com a Espanha, a oeste e a sul com o Oceano Atlântico. Sua superfície total é de 92.389 km<sup>2</sup>. A capital portuguesa é Lisboa. Na sua área metropolitana concentra-se cerca de um quarto da população total do país.

##### Distâncias a partir de Lisboa (em km)

Porto	317
Leixões	325
Coimbra	202
Setúbal	47
Sines	155
Faro	296

##### Regiões geográficas e clima

Em Portugal Continental, o rio Tejo divide o país em três regiões bem definidas: o interior norte e central, montanhoso, onde se localiza a Serra da Estrela (ponto mais alto a 1.991 m); o litoral norte, mais plano; e o sul, composto de planícies e elevações suaves. Variações regionais e sazonais, dentro da faixa de temperatura, caracterizam o clima: no litoral norte, tipicamente oceânico, com verões amenos, invernos chuvosos; no interior norte e centro, verões quentes, invernos chuvosos e eventuais precipitações de neve; no sul, tradicionalmente seco, do tipo mediterrâneo. Num dia típico de inverno, a temperatura máxima em Lisboa e no Porto é de 13°C, enquanto a mínima é de 4°C no Porto e 8°C em Lisboa. Em agosto, um

dos meses mais quentes, as temperaturas diárias situam-se entre os 18°C e os 27°C.

As precipitações mensais em Lisboa variam entre 100mm em janeiro, março e dezembro e valores próximos de zero em julho e agosto.

#### 2. População, centros urbanos e nível de vida

##### População

A população de Portugal, de acordo com o último censo (2001), é de 10,4 milhões, sendo a quantidade de população feminina ligeiramente superior à masculina. A densidade demográfica é de 113,3 habitantes/km<sup>2</sup>. A densidade populacional apresenta uma grande assimetria: ao lado de regiões com uma elevada densidade populacional, como a Região Autónoma da Madeira e como as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Norte, os valores ultrapassam a média nacional, enquanto há outras com densidade muito baixa, como é o caso das regiões do Alentejo e Algarve (respectivamente com 19,2 e 69,5 hab/km<sup>2</sup>). A taxa de natalidade portuguesa era, em 1997, de cerca de metade da média mundial, semelhante à média dos países da União Europeia e dos países com elevada renda *per capita*, que apresentam os valores mais baixos do planeta. Prevê-se que a população do país permanecerá praticamente estagnada ao longo do século XXI, em razão do pequeno aumento nas taxas de fertilidade, combinado com o aumento da expectativa de vida, para aproximadamente 75 anos.

As previsões apontam inclusive para um crescimento negativo nos primeiros quinze anos deste século, comportamento análogo ao do grupo de países da UE. Além disso, durante o período 1980-1997, Portugal apresentou uma queda abrupta nas taxas de natalidade, mais pronunciada que aquela verificada nos países da UE e no grupo de países de elevada renda *per capita*.



### Indicadores Demográficos, em milhões de habitantes

		Part. %
Homens	5	48,28
Mulheres	5,35	51,72
População até 14 anos	1,64	15,8
População acima de 65 anos	1,76	17
População ativa	5,12	49,4

Fonte: Instituto Nacional de Estatística INE : censo 2001 – Anuário Estatístico Geral

### Taxas de Crescimento Natural da População

Tabela comparativa com países europeus selecionados

	População 2004 (milhões)	(1) Natali- dade	(1) Morta- lidade	(2)Taxa de Cresc. %	Projeção 2025 (milhões)	Projeção 2050 (milhões)
Portugal	10,5	11	10	0,0	10,4	9,3
Holanda	16,3	12	9	0,4	17,4	17,6
Alemanha	82,6	9	10	-0,2	82	75,1
Itália	57,8	10	10	-0,1	57,6	52,3
Noruega	4,6	12	9	0,3	9,9	10,6
Suécia	9	11	10	0,1	9,9	10,6
Suíça	7,4	10	9	0,1	7,4	7,2
Espanha	42,5	10	9	0,1	43,5	41,3

(1) Taxas de mortalidade, natalidade e crescimento natural por 1000 habitantes

(2) Taxa de crescimento natural = Taxa de natalidade -Taxa de mortalidade

Fonte: 2004 World Population Data Sheet – Population Reference Bureau

www.prb.org



### População por Distrito – Censo 2001

Distrito	Em milhares
Lisboa	2.136
Porto	1.781
Braga	831
Setúbal	788
Aveiro	715
Santarém	454
Leiria	459
Coimbra	441
Viseu	394
Faro	395
Viana do Castelo	250
Vila Real	223
Castelo Branco	208
Guarda	179
Évora	173
Beja	161
Bragança	148
Portalegre	127
Açores	241
Madeira	249

Fonte: INE (31/12/01)

### Grupos étnicos e religião

A população é constituída basicamente pelo tipo mediterrâneo, tanto no continente quanto nos arquipélagos dos Açores e Madeira. No início de 2000, havia cerca de 207.607 residentes estrangeiros legalizados em Portugal (2% da população total), sendo cerca de 94.000 provenientes dos países africanos de língua portuguesa (a maioria de Cabo Verde), 61.715 da União Européia, 22.000 do Brasil, 14.000 do Reino Unido e 12.000 da Espanha. Destaca-se a entrada de imigrantes da Europa Oriental, especialmente, ucranianos, russos, moldávios e letões. Além desses, estima-se que existam mais

de 200.000 residentes de forma ilegal em Portugal, número, porém, que deve ter diminuído bastante nos últimos anos, em virtude de processos de legalização levados a cabo pelas autoridades portuguesas. A religião predominante é o cristianismo (97%), existindo, ainda, minorias protestantes, judaicas, islâmicas e hindus.

### Nível de vida

A análise da distribuição regional de renda, em 2001, permite evidenciar a importância relativa da região de Lisboa e Vale do Tejo, que contribuíram com cerca de 44,7% para a formação do produto português. Esta é não só a região mais importante em termos econômicos, como também a mais rica, tendo atingido, em 1997, 92% do rendimento médio per capita da União Européia. As regiões de Alentejo, Algarve, Açores e Madeira foram responsáveis por somente 12,1% do produto português.

### Distribuição Regional da Renda

Regiões de Portugal	Milhões	%
Total	107.799	100%
Norte	31.546	29,2
Centro	14.887	13,8
Lisboa e Vale do Tejo	48.283	44,7
Alentejo	4.448	4,1
Algarve	3.894	3,6
R.A. Açores	1.917	1,7
R.A. Madeira	2.824	2,6

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - INE





### Principais indicadores socioeconômicos de Portugal

PIB per capita em € - preços correntes (2002) <sup>1</sup>	12.513
Salário Mínimo Nacional € (2004)	365,60
Linhas telefônicas por 1.000 hab (2002)	415
Televisores por 1.000 hab (2000)	426
Médicos por 1.000 hab (2001)	3,2
Taxa de Mortalidade Infantil por 1000 nasc. (2002)	5
Consumo Doméstico de Energia - milhares de KWh (2002) 2,3	

(1) Preços correntes e em termos de paridade de poder de compra

Fonte: Instituto Nacional de Estatística INE, Ministério da Economia e Finanças e OECD, IEA e BP

### Educação

A população portuguesa mostra um baixo grau de qualificação, quando comparada com a média da União Européia. Oitenta por cento dessa população tem como qualificação máxima o ensino básico, valor superior à média da UE (46%). No tocante ao ensino superior, a desproporção pode ser considerada de menor dimensão (10% em Portugal e 18% na média de 14 países comunitários).

Entre 1993 e 1996 verificou-se uma evolução positiva dos níveis de qualificação da população. Portugal continua a apresentar uma taxa de analfabetismo expressiva (9% em 2002).

### População Estudantil, ano escolar 1999-2000 (em milhares)<sup>1</sup>

Ensino Pré Escolar	214.857
Ensino Básico *	1.164.457
1º Ciclo	486.957
2ºCiclo	251.161
3ºCiclo	365.969
Ensino Secundário +	387.961
Ensino Superior	373.745

(1) Calculado sobre a população de 1998

Dados de base: Instituto Nacional de Estatística - INE

(\*) Alunos ensino básico e privado

(+) Alunos nos 10-11-12 Cursos técnicos, Técnico profissional, e ensino recorrente

### 3. Transportes e comunicações

#### Transportes

Portugal está atualmente dotado de uma rede de transportes de boa qualidade, resultado do investimento maciço aplicado após a adesão à União Européia, com fundos comunitários. No período 2000-2006, o Ministério do Equipamento Social pretende, ainda, investir cerca de US\$ 14,5 bilhões em acessibilidade e transportes, investimentos que estiveram relacionados com a realização do Campeonato Europeu de Futebol, em 2004.

#### Rede rodoviária

Há esforços voltados para completar a rede rodoviária fundamental, verificando-se uma intensificação na dotação orçamentária para infra-estrutura.

A extensão total das rodovias na porção continental de Portugal totaliza cerca de 68.732 km, com 1.441 km de autoestradas (2004). A continuada melhoria da malha rodoviária constitui prioridade para o Governo português, que pretende investir, com a colaboração da União Européia, US\$ 6,3 bilhões, nos anos de 2000 a 2006.

Em 2002, o parque automobilístico de Portugal era constituído por:

Automóveis leves e pesados	7.690.019
Tratores <sup>1</sup>	322.283
Motocicletas	390.209
Reboque e semi-reboque	376.719

(1) - inclui tratores rodoviários e agrícolas

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - INE (31-12-2002)

#### Transporte ferroviário

Em 2004, Portugal contava com 3.100 km de ferrovias. Nas estradas de ferro portuguesas são transportados por ano



cerca de 178 milhões de passageiros e 9,3 milhões de toneladas de cargas. Nos próximos 10 anos estão previstos investimentos da ordem dos US\$ 7 bilhões, além dos investimentos associados à construção de linhas de alta velocidade (AV) entre Lisboa, Porto e Madrid, configurando uma linha em forma de 'T'.

Em 1997, a cada mil quilômetros de área territorial eram explorados 33,1 km de rede ferroviária em Portugal, quando na Europa o mesmo indicador era, em 1996, de 48,4 km. Apesar da desativação de algumas das linhas existentes e com a perda de importância do transporte ferroviário de passageiros (passou-se de 4,7% dos passageiros transportados por via terrestre em 1994, para 3,6% em 1996), tem-se verificado uma evolução qualitativa considerável na eletrificação das linhas exploradas, que aumentou de 15%, em 1994, para 24,1% em 1997, metade da rede eletrificada da União Européia. Em Portugal, o transporte de passageiros por ferrovia não é tão relevante como em outros países da União Européia e tem perdido importância. No entanto, espera-se que essa tendência se inverta com a chegada da linha de alta velocidade.

### Transporte fluvial

Há 643 km de rios navegáveis no país. Os principais rios navegáveis são:

- o Tejo, com intenso transporte entre as duas margens, ligando Lisboa a Cacilhas, Barreiro, Trafaria, Seixal, Montijo e Porto Brandão;
- o Douro, com ligação da cidade do Porto a Gaia;
- o Sado, que liga Setúbal a Tróia (zona turística de grande destaque) e
- o Guadiana, que permite a ligação fluvial até a fronteira espanhola.

### Transporte marítimo

O movimento internacional de mercadorias é feito sobretudo por via marítima. O porto de Lisboa, o maior de Portugal, é de grande importância internacional em razão de sua localização e do trânsito de reexportação. Outros portos importantes são o de Leixões, situado junto à cidade do Porto, e o de Sines. Em termos de movimento de mercadorias, o porto de Sines é o mais importante (para o que contribuem, em grande medida, os produtos petrolíferos), com cerca de 19.733 milhões de toneladas em 2001 (mercadorias carregadas e descarregadas), seguido pelos portos de Lisboa e de Leixões. Em 2001, o número de embarcações registradas era de 191, o que correspondia a uma capacidade de 403.064 milhões TAB (toneladas de arqueação bruta).

### Transporte aéreo

O panorama da aviação civil em Portugal conheceu, em 1998, uma alteração resultante da cisão da antiga Empresa Pública Aeroportos e Navegação Aérea, ANA, em duas empresas distintas. Nasceu a ANA-Aeroportos de Portugal S.A., continuando a atividade de sua antecessora quanto ao serviço público aeroportuário de apoio à Aviação Civil. O serviço público de apoio à navegação aérea civil foi entregue à Navegação Aérea de Portugal - NAV, empresa pública.

A ANA tem a seu cargo a gestão, exploração e desenvolvimento dos aeroportos de Lisboa (Portela), Porto (Francisco Sá Carneiro), Faro, Ponta Delgada (João Paulo II), Santa Maria, Horta e Flores, o que representou em 2004, um universo de 19 milhões de passageiros. Foram transportadas 125 mil toneladas de cargas no ano passado.

A TAP Air Portugal e a VARIG realizam vôos diários e diretos entre Lisboa e Porto e aeroportos brasileiros.



### Tráfego comercial em 2004

	Movimento de Aviões	Passageiros	Carga (toneladas)
Lisboa	122.206	10.705.206	88.212,0
Sá Carneiro (Porto)	43.725	2.944.135	27.025,5
Faro	32.580	4.643.626	1.540,6
João Paulo II (P. Delgada)	10.966	832.050	7.301,1
Santa Maria	1.693	67.275	192,7
Horta	4.471	194.456	997,1
Flores	1.288	35.572	221,4
<b>TOTAL</b>	<b>216.929</b>	<b>19.422.320</b>	<b>125.490</b>

Fonte: ANA Aeroportos de Portugal SA

### Comunicações

A rede telefônica portuguesa e o sistema DDI abrangem todo o país e a Rede Digital por Integração de Serviços (RDIS) estende-se aos principais distritos portugueses. Em 2002, existiam cerca de 4,2 milhões de telefones e 1.443 telex instalados em Portugal. Enquanto a utilização do telex vem diminuindo ao longo dos últimos anos, o tráfego telefônico da rede fixa registrou um aumento notável, com a utilização em massa do fax e o surgimento de numerosos serviços correlatos (Internet ou serviços de valor agregado, entre outros). Desde 1994, com a liberalização das telecomunicações móveis, o número de usuários de telefonia celular tem crescido consideravelmente. Em 1999, o número de telefones celulares superou o número de telefones fixos, tendo o país uma das mais altas taxas de penetração de telefones celulares na Europa. Por outro lado, o mercado de telefones fixos encontra-se liberalizado desde o início do ano 2000, com a entrada de cerca de uma dezena de novos operadores, que quebraram o monopólio da Portugal Telecom, o antigo operador público.

### 4. Organização política e administrativa

#### Organização Política

Oficialmente denominado República Portuguesa, o país constitui um Estado unitário, com forma de Governo parlamentarista, mas o Presidente possui algumas reservas de competência. O poder executivo é exercido pelo Presidente, eleito para um mandato de cinco anos. O Presidente tem prerrogativa para indicar o Primeiro Ministro, cujo programa de Governo deve ser aprovado pela Assembléia da República.

Os principais órgãos ministeriais em Portugal são:

- Ministério dos Negócios Estrangeiros
- Ministério da Defesa Nacional
- Ministério da Administração Interna
- Ministério das Finanças e da Administração Pública
- Ministério do Turismo
- Ministério da Economia
- Ministério da Segurança Social, Famílias e da Criança
- Ministério da Justiça
- Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicação
- Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas
- Ministério da Educação
- Ministério da Saúde
- Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território
- Ministério da Cultura
- Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior
- Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional

#### Organização Administrativa

Portugal é uma República unitária, constituída por 18 distritos e duas regiões autónomas. Os distritos do território continental são: Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre,



Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu. As regiões autônomas compreendem o Arquipélago de Açores e a Ilha da Madeira, que têm localização estratégica: as primeiras a 1500 km a oeste de Portugal, e a segunda, a oeste da costa marroquina. Cada uma dessas regiões é governada por um Governo Regional, eleito pela população local.

### 5. Organizações e acordos internacionais

Portugal integra os seguintes acordos e organizações internacionais, entre outros:

- ONU - Organização das Nações Unidas;
- OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte;
- UEO - União da Europa Ocidental;
- OSCE - Organização para a Segurança e Cooperação na Europa;
- Conselho da Europa;
- OEA - Organização dos Estados Americanos (como observador)
- CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- UE - União Européia;
- OMC - Organização Mundial do Comércio;
- OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico;
- FMI - Fundo Monetário Internacional;
- FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e para a Agricultura;
- BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento;
- BID - Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (membro extra-regional).



## II - ECONOMIA, MOEDA E FINANÇAS

### 1. Evolução econômica recente

Nos últimos quinze anos, a evolução da economia portuguesa tem sido determinada pela integração europeia, processo que em muito contribuiu para a consolidação da economia de mercado. O ingresso de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, marcou o início de um ciclo de crescimento, acompanhado de melhoria generalizada nos principais indicadores econômicos. Até o final desse período, o país cresceu a uma taxa anual média de 4,8% <sup>3</sup>/<sub>4</sub> uma das mais altas entre os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico <sup>3</sup>/<sub>4</sub> OCDE. Apesar da situação inicial desfavorável, conseguiu-se um importante movimento de convergência real em direção à Europa comunitária, uma vez que, em 2002, o PIB per capita de Portugal, medido em paridade de poder de compra, representou 68,8% da média comunitária, contra 55,4% em 1986. Em 1999, a crise asiática refletiu negativamente no comportamento da economia, que cresceu menos de 3%. No entanto, manteve-se o pleno emprego, com a taxa de desemprego abaixo dos 5%, a qual se encontra, atualmente, na ordem dos 6,2%.

Contribuíram para o bom desempenho recente o fluxo de capitais externos, sob a forma de investimentos estrangeiros e de subvenções da UE, assim como o aumento das exportações, potencializadas por um clima de estabilidade política. No entanto, o avanço da economia portuguesa não se traduz apenas nesses indicadores. O país tem levado a efeito um amplo processo de reestruturação industrial e dos serviços, além da desregulamentação dos mercados e do programa de privatizações, modificações estruturais cujos resultados serão mais palpáveis a médio e longo prazo. Portugal é um dos países europeus que apresenta uma das mais elevadas taxas de investimento, superior à dos outros Estados-membros e à média do conjunto da Europa dos 15. Este maior dinamismo do investimento em Portugal está associado não só à defasagem em matéria de infra-estrutura e equipamentos coletivos, que tem

justificado um esforço financeiro significativo para dotar o território de meios indispensáveis ao desenvolvimento econômico e social, mas também ao processo de reestruturação do tecido produtivo que se vem processando na última década.

O próximo desafio da economia portuguesa é, sem dúvida, manter as condições requeridas quando da sua integração na União Europeia, no início de 1999. Trata-se de condições bastante exigentes, visto que obrigam a um desempenho macroeconômico em termos de inflação do Estado, dívida pública e taxas de juros muito semelhante às outras economias da União Europeia.

Esta mudança de cenário, sem precedentes no panorama econômico português, marcará certamente o início de novo ciclo, com reflexos consideráveis nas estruturas de funcionamento da economia. Os aspectos mais visíveis da terceira e última fase da União Económica e Monetária, iniciada em 1 de Janeiro de 1999, foram a criação de uma moeda única (que passou a circular sob a forma de cédulas e moedas em 1 de Janeiro de 2002) e a condução de uma política monetária única, cuja responsabilidade já passou para o Banco Central Europeu, com o objetivo de manutenção da estabilidade dos preços.

### Produto Interno Bruto

	2000	2001	2002	2003	2004
PIB (bilhões de US\$)	106,8	109,8	121,4	147,8	168
Crescimento real do PIB	3,4%	1,7%	0,4%	-1,1%	1%

Fonte: EIU – Economist Intelligence Unity

Em 2004, o setor de serviços contribuiu com 63,2% do PIB (64,3% em 1997). Já o setor agrícola aumentou ligeiramente a sua participação, de 4,1% em 1994 para 5,8% em 2004; essa mudança deve-se ao desenvolvimento tecnológico e de mais-valias relacionadas com a aqüicultura e a agricultura biológica.



### Variação da composição do PIB, por principais setores de atividade, 2001-2003 (%)

Atividade	2001	2002	2003
Agricultura, Silvicultura e Pesca	-0,4	0,8	-1,6
Indústria	1,4	-0,5	-0,9
Eletricidade, Gás e Água	3,8	1,6	4,5
Construção	2,6	-2,6	-11,8
Serviços	2,3	1,1	0,3

Fonte: INE – Banco de Portugal

Com relação ao emprego, os anos de 1998 e 1999 assistiram a uma manutenção do peso da agricultura, enquanto houve um ligeiro incremento do peso do setor secundário em detrimento dos serviços, o que pode ser, em parte, explicado pela rápida expansão da infra-estrutura e da intensa edificação de imóveis residenciais, setor no qual o país tem reduzido rapidamente as suas carências.

### População empregada por setores de atividade econômica

Setores	2003	2002	2001	2000
Agricultura, Silvicultura e Pesca	12,5%	12,3%	12,7%	12,6%
Indústria, Construção, Energia e Água	32,2%	33,6%	33,8%	34,5%
Serviços	55,1%	53,9%	53,4%	52,8%
População Empregada Total (milhões)	5,1180	5,1373	5,1117	5,0209

Fonte: Instituto Nacional de Estatística INE

Depois de atingir 7,3% em 1996, a taxa de desemprego diminuiu para 4,1% no final de 1999. Atualmente, a taxa de desemprego situa-se em 6,2%, após leve baixa provocada pelos empregos temporários do Campeonato da Europa - Euro

2004. Por outro lado, é mais baixa do que a taxa de desemprego média da União Européia, de cerca de 8,1% no final de 2003.

### Taxa de desemprego, 1998-2003 (em % da força de trabalho)

1998	1999	2000	2001	2002	2003
5	4,4	4	4	5,1	6,4

Fontes: Banco de Portugal e United Nations Statistical Year Book Forty seventh issue.

Uma das características mais importantes do ciclo de crescimento iniciado em 1986 tem sido a evolução favorável da inflação, a qual tem diminuído de forma progressiva e segura. Em 1992, o índice de preços ao consumidor passou a ter somente um dígito, reforçando a imagem externa do país e potencializando o seu bom desempenho econômico. Desde então, esse indicador tem mantido níveis baixos (com um ligeiro aumento em 1998), situando-se em 2003 nos 3,3%, o que corresponde a um diferencial de 1,3 % em relação à média dos países da Zona Euro.



### Variação anual do índice de preços no consumidor, 1991-2003 (em %)

Anos	Total IPC
1991	12
1992	9,5
1993	6,8
1994	5,4
1995	4,2
1996	3,1
1997	2,3
1998	2,8
1999	2,3
2000	2,9
2001	4,4
2002	3,6
2003	3,3

Fonte: INE

### 2. Principais setores de atividade

#### a) Agricultura, silvicultura e pesca

O valor da produção final da agricultura portuguesa permaneceu praticamente estagnado desde 1986, data da adesão à União Europeia, tendo-se reduzido 17,1% de 1996 a 1998. Por outro lado, o produto agrícola (medido pelo VAB), que se havia mantido estável desde a adesão até 1986, evoluiu negativamente (-25,1%), assim como o rendimento dos agricultores (-33,7%). Esses resultados decrescentes da agricultura devem ser entendidos à luz da reforma da Política Agrícola Comum da União Europeia, em 1992, que reduziu os preços e os subsídios na agricultura. Houve redução do peso do produto agrícola no produto nacional, de cerca de 6% em 1986 para 3,8% em 2003.

#### Contas Econômicas da Agricultura VABpm:

Valor Acrescentado Bruto a preços de mercado 1999-2002

	1999(a)	2000(a)	2001(a)	2002(b)
Produção vegetal	3.529,8	3.208,43	3.809,87	3.803,24
Produção animal	2.218,86	2.389,27	2.486,66	2.414,06
Produção de serviços agrícolas	5,04	4,84	6,69	6,93
Produção do ramo agrícola	5.753,7	5.602,54	6.303,22	6.224,23
Consumo intermédio	2.888,91	2.934	3.148,96	3.088,91
Valor acrescentado Bruto preço de base	2.864,79	2.668,54	3.154,26	3.153,32
Rendimento empresarial líquido	1.841,64	1.499,19	2.036,96	1.940,12
% (Vapb Agric / Vapb Nac.)	3,09%	2,68%	2,96%	2,82%

(A) dados provisórios (B) previsão

Fonte: Instituto Nacional de Estatística INE


**Principais produções agrícolas, 2001-2003, em milhares de toneladas**

	2001	2002	2003
Trigo	153.609	413.038	160.529
Milho	906.644	796.601	784.148
Centeio	24.193	34.296	27.397
Arroz	145.932	145.905	146.440
Aveia	38.696	61.466	36.866
Cevada	12.588	20.014	13.263
Feijão	5.842	5.650	4.974
Batata	694.051	781.287	733.997
Tomate (indústria)	911.535	867.416	894.181
Girassol	23.623	21.139	21.273
Tabaco	5.764	5.603	5.735
Laranja	222.055	277.295	279.547
Maçã	264.594	300.482	286.217
Pêra	141.776	125.294	87.270
Pêssego	26.759	60.104	56.449
Vinho (hl)	7.525.490	6.448.826	7.093.063
Azeite (hl)	349.502	310.474	230.682

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - INE

Quanto às regiões de maior concentração da produção, o tomate é cultivado na área do Alentejo e Lisboa e Vale do Tejo (nas campinas ribatejanas); a laranja, no Algarve; o azeite, em Trás-os Montes e no Alentejo, região tradicionalmente conhecida como o celeiro de Portugal, onde se cultivam, também, cereais. Em áreas de produção especializada (produção de tomate industrializado, polpa de fruta e vinho), a produtividade é superior, sendo que esses produtos assumem um papel prioritário na pauta de exportações agrícolas portuguesas.

As principais produções animais incluem suínos (mais de 44% do total do peso limpo em 1997 e 2001) e bovinos (mais de 12,5%). Apesar de o gado suíno ser a maior produção, o setor encontra-se em crise devido ao excesso de carne deste tipo na UE e à existência de práticas de dumping dentro do espaço comunitário.





### Principais produções animais em toneladas (peso limpo)

	média 1997-2001	2001	2002(a)
Carne (peso limpo)	797.650	805.920	823.055
Bovino	100.312	96.312	106.637
Ovino	23.117	22.380	23.885
Caprino	2.507	1.794	2.005
Suíno	351.986	342.608	355.956
Equídeo	492	482	341
Aves	292.798	316.022	308.651
Outras carnes	26.438	26.322	25.580
Leite(1000 L)	2.027.359	2.052.929	2.169.771
Ovos	113.041	124.471	124.928
Queijo	73.600	76.524	77.547
Manteiga	22.908	24.524	2.7491

(A): dados provisórios

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – INE

Com uma ZEE (Zona Económica Exclusiva) de cerca de 1.700.000 km<sup>2</sup>, uma costa de 942 Km no Continente e duas vastas áreas insulares, a atividade da pesca em Portugal, tem sido, desde sempre, uma importante fonte de subsistência, em especial para as comunidades ribeirinhas. Desta atividade é tributária a indústria de transformação de pescado, o abastecimento do mercado de produtos originários deste setor, bem como parte significativa da indústria de construção naval. A frota portuguesa exerce a sua atividade em águas nacionais e em pesqueiros externos. Em águas nacionais as principais espécies exploradas são a sardinha, os atuns, o carapau, o polvo e o peixe espada. A importância dos desembarques de atuns e seus similares advém, essencialmente, das quantidades capturadas nas águas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

O valor da pesca descarregada situou-se por volta de € 271 milhões em 2003, um acréscimo em relação ao ano de 2002 de 2,2% no volume e 1,7% no valor. De 1990 a 1997 o resultado da atividade da pesca, em termos de quantidade capturada decresceu 35%, em resultado de uma quebra de 22% em águas nacionais e de 70% em pesqueiros externos. Nesse período, assistiu-se a uma notória perda de importância das capturas em águas não nacionais, que representavam em 1990 cerca de 28%, e ao conseqüente reforço da importância das capturas efetuadas em águas nacionais, que representaram em 1997 cerca de 87% do total. Em Portugal, de acordo com dados da FAO, em 2001, o consumo per capita atingiu 71 kg/hab, o que o coloca acima da média da EU, que em 1997 era de 23,4 kg.



**Pesca descarregada, por ano, regiões e espécies em 2000-2001-2002  
(em 1.000 toneladas)**

	2002	2001	2000
Principais espécies TOTAL	148.246	146.094	152.188
Peixes diádromos e de água doce	79	61	51
Peixes marinhos	129.054	130.048	134.405
Atum e similares	5.703	4.219	4.477
Carapau e Chicharro	16.641	15.600	15.740
Cavala	5.614	4.932	4.527
Peixe Espada	6.641	6.788	7.147
Pescada	2.557	2.977	2.992
Sardinha	63.731	65.198	62.734
Crustáceos	1.452	1.646	1.813
Moluscos	17.523	14.193	15.842
Animais aquáticos diversos	1	5	6
Outros produtos	137	141	71

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – INE

O setor florestal representa cerca de 3% do emprego, 5% do PIB e 12% das exportações. Portugal é o líder mundial na produção de cortiça, cerca de 54% da produção mundial. A indústria corticeira portuguesa realiza 70% da transformação mundial de cortiça (o país inclusive importa matéria-prima de diversos países mediterrâneos), acreditando-se que este valor possa chegar aos 76% nos próximos anos.

### b) Indústria

Desde o início da segunda metade da década de 80, com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, a produtividade da indústria melhorou substancialmente (com exceção da crise recessiva que se abateu sobre a Europa, no início dos anos 90), por via de uma assinalável modernização do aparelho produtivo industrial e da reestruturação das empresas de maior dimensão, no sentido de uma especialização

por áreas de negócios. Esse período coincidiu, em primeiro lugar, com a entrada maciça de investimentos estrangeiros (em particular, nos setores automotivo, elétrico e de celulose); e, em segundo lugar, com os influxos de fundos europeus de apoio a investimentos no referido setor (de que o PEDIP - Plano Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa é o melhor exemplo).

Desde 1994, a evolução da indústria portuguesa tem sido marcada pela modernização resultante dos investimentos realizados na década precedente, bem como pelo fenómeno de integração económica global. Assistiu-se a uma diminuição da produção de setores tradicionais, como têxtil, vestuário, de curtume e florestal, e de setores pesados, como a metalurgia de base. Em contrapartida, setores de maior valor agregado e teor tecnológico, como os setores automotivo e de maquinaria, passaram a liderar a indústria portuguesa.

Estas alterações resultaram num tecido produtivo mais



equilibrado, com reforço da especialização do setor elétrico e o recuo das desvantagens da indústria automobilística e da eletrônica. No final de 1999 e, sobretudo, no início de 2000, começou-se a assistir à integração de algumas indústrias na chamada Nova Economia, mediante a realização de parcerias com empresas tecnológicas.

### Indústria Transformadora

	Indústria Extrativa	Indústria Transformadora
Número de Empresas	1.147	72.364
Número de Trabalhadores	14.953	909.921
Custos e Perdas - mil €	1.183.696	70.578.629
Proveitos e Ganhos - mil €	1.299.070	72.806.429

Fonte: INE

### c) Energia

A produção e consumo de energia em Portugal são baixos, se comparados com a média europeia. O país consome basicamente petróleo: cerca de 70% do consumo final de energia provém do petróleo. Essa dependência tem, no entanto, diminuído nos últimos anos, com o consumo crescente do gás natural.

### Principais indicadores energéticos (2001)

Produção de Energia- (Mtoe) <sup>1</sup>	3,4
Importação de Energia-(Mtoe)	22,03
TPES-(Mtoe)	24,73
Consumo de Electricidade-(TWh)*	42,69
Emissão de CO2 (MtCO2)**	59,05

(1) - milhões de toneladas de petróleo equivalente

\* Produção Total + importações-Exportação-Transmissão/distribuição e perdas

\*\* Emissões de combustão de Fuel

Fonte: International Energy Agency

### Distribuição das fontes energéticas (2001), em TPE<sup>2</sup>

	Carvão	Petróleo	Electricidade	Gás Natural	Outros	Total
Transporte	6.700.783	40.058	5.204		6.746.045	
Indústria Transformadora	226.527	1.525.669	1.234.977	978.948	1.529.910	5.499.039
Doméstico e Terciário		1.659.520	1.999.350	213.718		5.007.588
Outros Fins		2.868	56.024	3.824	13.982	76.698
<b>TOTAL</b>	<b>226.527</b>	<b>9.888.840</b>	<b>3.330.409</b>	<b>1.201.694</b>	<b>1.543.892</b>	<b>7.329.370</b>

(2) - toneladas de petróleo equivalente

Fonte: International Energy Agency



### d) Turismo

Ao contrário do que se verifica com muitos dos seus concorrentes europeus, Portugal tem conseguido manter sua posição mundial, apesar da emergência de novos destinos que têm afastado os turistas dos mercados tradicionais. O país foi, em 2002, o 17º destino turístico mundial, mesma posição ocupada em 1995, com uma quota de 1,7% no que se refere ao número de turistas. Em 2002, quando Portugal recebeu 27,2 milhões de visitantes, houve uma pequena diminuição ocorrida em razão do receio suscitado pelo 11 de setembro, fato que abalou o setor desde então. Destes, 11,6 milhões foram turistas, o que, relativamente a 2001, representa um decréscimo de 0,6 milhões. Porém, desde 1998, graças à EXPO 98, não

só houve um aumento de turistas, como também houve um revigoramento da atividade, quer em termos de número de turistas, quer em relação às receitas.

A maior parte dos turistas que visitam Portugal é oriunda da Europa Ocidental, particularmente dos países da UE. Os EUA são a mais importante fonte de turistas fora da Europa. Foi a seguinte a repartição das diárias de estrangeiros, em 2002, por principais países de origem: Reino Unido: 31,2%, Alemanha: 19,6%, Espanha: 7,8%, Holanda: 7,3%, França 4,3%, Itália 3,2% e EUA 2,9%.

As receitas de turismo têm registrado alta nos últimos anos, chegando a € 3,9 bilhões em 2002, um incremento médio anual de 3% relativamente ao período 1996-2002.

#### Indicadores turísticos

	1997	1998	1999	2000	2001	2002(a)
Turistas estrangeiros (milhões)	10,2	11,3	11,6	12,1	12,2	11,6
Visitantes estrangeiros (milhões)	24,2	26,6	27	28	28,2	27,2
Receitas do turismo (€ milhões)	4.063	4.903	4.958	5.720	6.119	3.853

(a) = Dados provisórios

#### Diária de Estrangeiros por Países de Origem % (dados INE 2002)

Reino Unido	31,2
Alemanha	19,6
Espanha	7,8
Holanda	7,3
França	4,3
Irlanda	3,3
Itália	3,2
Suécia	3,1
EUA	2,9
Bélgica	3,3
Outros	15

Fonte: ICEP Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal.



### 3. Moeda e finanças

#### Moeda

O escudo deixou de circular em 01 de Janeiro de 2002, tendo sido substituído pelo euro € ( 1 Euro =100 cêntimos), cujo câmbio foi fixado irrevogavelmente ao valor de €1= \$200.482. As taxas médias €/US\$ foram as seguintes no período entre 2001 e 2004(Agosto):

#### Taxas de câmbio médias anuais €-US\$

2001	0,8956
2002	0,9456
2003	1,1312
2004 ( Ago)	1,2176

Fonte: FMI e Banco de Portugal

Traduzindo os progressos alcançados na política de consolidação orçamentária e nos objetivos de estabilidade cambial e de preços, as taxas de juros apresentaram uma evolução descendente nos últimos anos, diminuindo o seu diferencial face à média europeia. Em novembro de 1999, as taxas de longo prazo (bilhetes do tesouro) apresentavam o valor historicamente baixo de 2,6%, valor que se elevou, no entanto, ao longo de 2000, como resultado dos reajustes em alta das taxas diretoras do Banco Central Europeu neste período. Por sua vez, as taxas de curto prazo (taxa Euribor 3 meses) situavam-se em 2,1% em 2004.

#### Balanço de pagamentos, 2003-2004

O saldo das contas externas portuguesas apresentou uma deterioração no biénio 2003-2004. Esta posição deficitária é sustentada pela evolução desfavorável da balança de mercadorias e pela incapacidade dos saldos positivos da balança de transferências unilaterais (essencialmente constituída por fundos provenientes da União Europeia) e da balança de capitais de compensar esse agravamento. O comportamento

da balança de mercadorias está associado não só a uma perda pontual de competitividade das exportações portuguesas mas também a um período de ajustamento associado à adoção do euro. A utilização da moeda comum traduziu-se em expectativas mais favoráveis em relação aos rendimentos futuros, bem como em uma redução significativa da inflação e das taxas de juros, o que contribuiu para a expansão da procura interna, alimentada, em grande parte pelo aumento das importações. A recuperação da atividade econômica na área do euro, contudo, tem levado a uma recuperação das exportações de mercadorias, o que, futuramente, pode levar a um crescimento mais equilibrado.

#### BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)

	2002	2003	2004(1)
A. Balança comercial (líquido - fob)	-12.465	-13.173	-17.889
Exportações	27.171	33.217	38.110
Importações	39.636	46.390	55.999
B. Serviços (líquido)	2.966	3.735	4.851
Receita 9.689	11.552	13.970	
Despesa	6.723	7.817	9.119
C. Renda (líquido)	-2.421	-1.752	-3.095
Receita 4.901	6.243	6.608	
Despesa	7.322	7.995	9.703
D. Transferências unilaterais (líquido)	2.804	3.253	3.450
E. Transações correntes (A+B+C+D)	-9.116	-7.937	-12.683
F. Conta de capitais (líquido)	1.906	3.010	2.805
G. Conta financeira (líquido)	7.737	-1.268	10.128
Investimentos diretos (líquido)	1.637	-745	-5.296
Portfólio (líquido)	3.215	-5.451	1.780
Outros	2.885	4.928	13.644
H. Erros e Omissões	490	-259	-2.113
I. Saldo (E+F+G+H)	1.017	-6.454	-1.863

Fonte: FMI. International Financial Statistics, June 2005.

(1) Dados preliminares



### Dívida Externa e Reservas internacionais

#### Composição das Reservas Portuguesas - 2004 - Milhões

	€	%
Dívidas Conversíveis	15.181	25,9
Direitos Especiais de Saque	378	0,03
Posição das Reservas FMI	78	1,8
Ouro	5.238	72,7
Total	20.875	100,4

#### Dívida Externa em dezembro-2003 (Milhões €)

Dívida Doméstica	1.387.291,8
Dívida Externa	6.241.943,6
Total	7.629.235,4

Fonte: Banco de Portugal

### Finanças públicas

O comportamento favorável das contas públicas, em conjunto com a política de amortização da dívida pública e a baixa das taxas de juros, contribuíram para a inversão, em 1996, da trajetória crescente do peso da dívida pública no PIB. Deste modo, em 1997 e 1998, Portugal cumpriu os critérios de convergência relativos às finanças públicas, definidos no Tratado de Maastricht, tendo em 1998 o déficit público e a dívida pública representado respectivamente 2,2% e 57,8% do PIB, fixando-se abaixo dos limites máximos estabelecidos. Estes progressos obtidos nas Finanças Públicas contribuíram, a par do comportamento da inflação e das taxas de juros, para que Portugal pudesse adotar o euro.

Em 2003, estima-se que o déficit público tenha sido de 2,9% do PIB, 0,2% acima das previsões iniciais do Governo. Em relação a 2002, verifica-se, portanto, um aumento sensível do déficit em 0,2% do Produto Interno Bruto. A despesa corrente em 2004, segundo o Governo, foi fortemente condicionada pela aposta nas despesas sociais. Ressalta-se, porém, uma desaceleração importante em todas as rubricas, à exceção das prestações sociais. Houve também um considerável decréscimo das despesas de capital (17,8%) relativamente a 2003.

A despesa corrente para o ano 2004 representou 3,3% do Produto Interno Bruto, devendo se manter, provavelmente,

na mesma grandeza em 2005. Daí a necessidade de o Governo recorrer, outra vez, a medidas extraordinárias para equilibrar o déficit. No que se refere à despesa pública, estima-se uma diminuição do peso das despesas sociais (58% em 2003 contra 57,1% do ano anterior) e do investimento em percentagem do Produto Interno Bruto.

O orçamento de Estado para o ano 2005 está integrado ao Programa de Estabilidade e Crescimento para o período 2004-2007, apresentado à União Européia. No programa anterior, 2000-2004, previa-se um orçamento de Estado nulo até o ano 2004, ao qual estaria associada a redução em quase 10% do peso da dívida pública em relação ao PIB, de aproximadamente 57%, verificados em 1999, para cerca de 48%, em 2004. Mas, na realidade, prevê-se que essa dívida pública chegue a 60%, ultrapassando portanto em 0,3% a previsão então avançada.

### Operações Governamentais 2000-2003 (€ Milhões)

	2000	2001	2002	2003
Receitas Correntes	26.943	27.711	30.295	30.773
Impostos Diretos	11.316	11.338	11.898	11.277
Impostos Indiretos		14.373	14.843	16.611
Receitas capital		3.216	867	1.883
Outras Receitas		1.253	1.531	1.786
	<b>57.101</b>	<b>56.290</b>	<b>62.473</b>	<b>62.309</b>
Despesas Correntes		27.814	29.541	33.689
Salários, bens e Serviços		11.192	11.879	13.272
Juros e outros encargos		3.526	3.766	3.828
Subsídios		617	616	775
Transferências correntes		12.229	12.956	15.587
Capital		531	624	467
Outras Despesas		23	23	22
	<b>55.932</b>	<b>59.405</b>	<b>67.640</b>	<b>66.527</b>
Saldo	1.169	- 3.115	- 5.167	- 4.218
PIB	115.548	122.801	129.171	130.448
% PIB	1,01	2,5	4	3,2

Fonte: Relatório Geral do Orçamento do Estado para 2000, Ministério das Finanças - Banco de Portugal



#### 4. Sistema bancário

A entrada de Portugal na CEE, em 1986, coincidiu com o lançamento do Mercado Único, que pretendia eliminar todos os entraves à circulação de bens, serviços, pessoas e capitais. O setor financeiro português efetuou, ao longo dos últimos anos, a liberalização e adaptação ao mercado comunitário. A liberalização do setor financeiro e, em particular, do sistema bancário, permitiu não só a entrada de capitais e de formas de gestão privada em bancos outrora sujeitos ao controle público, como também abriu o setor a agentes externos, facilitando as operações internacionais e aumentando a concorrência.

A atividade das instituições de crédito, em Portugal, consiste em receber do público depósitos ou outros fundos reembolsáveis, mediante a concessão de crédito, com o objetivo de os aplicar por conta própria. Inclui os bancos, as caixas econômicas, as caixas de crédito agrícola mútuo e a respectiva Caixa Central, as sociedades de investimento, as sociedades de locação financeira, as sociedades de factoring e as sociedades financeiras para aquisições a crédito.

No início de 2000 operavam em Portugal 43 bancos, nacionais e estrangeiros. Após uma primeira fase de abertura e de aumento da concorrência, entre 1986 e 1992, assistiu-se ao redimensionamento do setor bancário, quer em número de bancos, quer no de agências. Nos anos que se seguiram, aconteceram, assim, várias aquisições no setor, o que conduziu, progressivamente, ao aumento da concentração da atividade bancária. Como resultado desse processo de concentração, a representatividade dos dez maiores bancos comerciais portugueses é mais visível através da decomposição dos grupos em que se integram: Grupo Caixa Geral de Depósitos (líder do maior grupo financeiro português); o Banco Comercial Português absorveu o Banco Pinto & Sotto Mayor, o Banco Português do Atlântico, o Banco Mello e a Nova Rede, fundindo todos num grupo sob uma denominação comum de Millenniumbcp; Grupo Banco Português de Investimentos (inclui o Banco Fonsecas & Burnay, o Banco Fomento e Exterior e o Banco Borges & Irmão) e Grupo Espírito Santo (que detém uma participação no

Banco Boavista). Entre os maiores bancos comerciais estrangeiros operando em Portugal encontram-se o Crédit Lyonnais (França), o Barclays Bank (Reino Unido), Banco Bilbao Vizcaya Argentaria e Banco Santander Central Hispano (Espanha) que adquiriu o Banco Totta & Açores e o Crédito Predial Português, figurando o Banco do Brasil entre os bancos estrangeiros mais importantes.

Os bancos de investimentos concedem empréstimos a médio e longo prazos, atuando, também, no mercado de ações. Os maiores bancos são: grupo Banco Português de Investimento (que inclui o Banco de Fomento e Exterior, privados nacionais); Deutsche Bank de Investimento (estrangeiro); Banco Chemical (privado nacional); Cisf - Banco de Investimento (privado nacional); Banco Essi (privado nacional); e Banco Santander Negócios (estrangeiro). Não existem, propriamente, bancos de desenvolvimento em Portugal. Empréstimos, a médio e longo prazos, para projetos de proteção ambiental, indústria e conservação de energia são fornecidos pelo Banco Europeu de Investimentos (BEI). Destaca-se, também, a existência de algumas sociedades de desenvolvimento regional, que concedem empréstimos visando à promoção do investimento produtivo nas áreas da respectiva região (como é o caso da SODERA - Sociedade de Desenvolvimento Regional do Alentejo S.A. - ou da SOSET - Sociedade de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal).

Entre os bancos portugueses presentes no Brasil, o Banco Finantia possui uma filial em São Paulo. O Banif detém o Banco Banif Primus, estando ainda presentes o Banco Comercial Português com a denominação actual Millenniumbcp, a Caixa Geral de Depósitos (através da sua participação no Unibanco) e o Banco Espírito Santo (através da sua participação no Banco Boavista e da criação recente do Banco Espírito Santo Investimento Brasil). Já os bancos brasileiros que possuem agências em Portugal são: Banco do Brasil S.A. e Banco Itaú S.A., ambos em Lisboa.



### III - COMÉRCIO EXTERIOR

#### 1. Evolução recente: considerações gerais

Tratando-se de uma pequena economia aberta inserida no espaço da União Européia, o comércio exterior assume grande importância em Portugal, principalmente no que se refere a seu papel como motor do crescimento econômico. O peso do comércio exterior no PIB do país vem aumentando e passou de 55,2% em 1998 para 67,8% em 2002. A importância do comércio externo contribuiu para que Portugal tenha sido considerado como a sétima economia mais globalizada do planeta, num estudo apresentado no início de 2000, com base em critérios como a abertura da economia ao comércio internacional e a importância do turismo, entre outros. A balança comercial portuguesa tem sido tradicionalmente deficitária. O saldo negativo que se mantinha praticamente estável entre 2000 e 2003, em torno de US\$14 bilhões, ampliou-se em 2004 para pouco mais de US\$ 19 bilhões.

#### 2. Direção do Comércio Exterior

O comércio exterior de Portugal está direcionado, essencialmente, para a União Européia, responsável por grande parte da entrada e saída de bens e serviços do país. Em 2004, a Espanha foi o principal parceiro comercial de Portugal (27,6% do comércio exterior total), seguida pela Alemanha (14,0%) e França (11,2%).

Tabela a seguir.

#### Comércio Exterior de Portugal 2002-2004, em US\$ milhões

COMÉRCIO EXTERIOR <sup>1</sup>	2002	2003	2004
Exportações (fob)	25.538	31.314	35.676
Variação em relação ao ano anterior	6,9%	22,6%	13,9%
Importações (cif)	38.342	45.033	54.831
Variação em relação ao ano anterior	1,1%	17,5%	21,8%
Saldo comercial	-12.804	-13.719	-19.155
Intercâmbio comercial	63.880	76.347	90.507

Fonte: FMI International Financial Statistics, junho de 2005.

(1) Dados preliminares.





### Principais origens das importações portuguesas, 2002-2004, em US\$ milhões (CIF)

Países	2002	Partic.	2003	Partic.	2004	Partic.
	%	%	%	%		
Espanha	10.780	28,1%	13.101	29,1%	16.058	29,3%
Alemanha	5.749	15,0%	6.617	14,7%	7.839	14,3%
França	3.927	10,2%	4.453	9,9%	5.120	9,3%
Itália	2.505	6,5%	2.878	6,4%	3.342	6,1%
Reino Unido	2.009	5,2%	2.193	4,9%	2.533	4,6%
Países Baixos	1.736	4,5%	2.050	4,6%	2.524	4,6%
Bélgica-Luxemburgo	1.252	3,3%	1.448	3,2%	1.681	3,1%
Estados Unidos	834	2,2%	875	1,9%	1.302	2,4%
Brasil	620	1,6%	752	1,7%	1.056	1,9%
Nigéria	530	1,4%	745	1,7%	850	1,6%
Japão	683	1,8%	756	1,7%	810	1,5%
Rússia	336	0,9%	588	1,3%	759	1,4%
Suécia	451	1,2%	536	1,2%	705	1,3%
Noruega	450	1,2%	612	1,4%	658	1,2%
Subtotal	31.862	83,1%	37.604	83,5%	45.237	82,5%
Demais Países	6.480	16,9%	7.429	16,5%	9.594	17,5%
<b>Total Geral</b>	<b>38.342</b>	<b>100,0%</b>	<b>45.033</b>	<b>100,0%</b>	<b>54.831</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: FMI. Direction of Trade Statistics, Yearbook 2004 e Quarterly June 2005

As importações apresentaram um crescimento considerável no período de 2002 – 2004: 43,0%. A Espanha destacou-se entre os parceiros comunitários atendendo, em 2004, a 29,3% do total importado por Portugal, seguida pela Alemanha (14,3%), França (9,3%), Itália (6,1%) e Reino Unido (4,6%).



### Principais destinos das exportações portuguesas, 2002-2004, em US\$ milhões (FOB)

EXPORTAÇÕES	2002	Partic. %	2003	Partic. %	2004	Partic. %
Espanha	5.173	20,3%	7.121	22,7%	8.906	25,0%
França	3.211	12,6%	4.040	12,9%	4.986	14,0%
Alemanha	4.698	18,4%	4.758	15,2%	4.802	13,5%
Reino Unido	2.688	10,5%	3.299	10,5%	3.422	9,6%
Estados Unidos	1.484	5,8%	1.802	5,8%	2.157	6,0%
Itália	1.236	4,8%	1.514	4,8%	1.534	4,3%
Bélgica-Luxemburgo	1.183	4,6%	1.464	4,7%	1.465	4,1%
Países Baixos	965	3,8%	1.205	3,8%	1.429	4,0%
Angola	541	2,1%	736	2,4%	838	2,3%
Brasil	154	0,6%	146	0,5%	193	0,5%
Subtotal	21.333	83,5%	26.085	83,3%	29.732	83,3%
Demais Países	4.205	16,5%	5.229	16,7%	5.944	16,7%
<b>Total Geral</b>	<b>25.538</b>	<b>100,0%</b>	<b>31.314</b>	<b>100,0%</b>	<b>35.676</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: FMI. Direction of Trade Statistics, Yearbook 2004 e Quarterly June 2005.

As exportações tiveram um desempenho semelhante ao verificado com as importações, aumentando 39,7% entre 2002 e 2004. Em 2004, a Espanha foi o principal destino das exportações portuguesas, absorvendo um quarto do total exportado. Tiveram participação expressiva outros países da Comunidade Européia, dentre os quais se destacam França (14,0%), Alemanha (13,5%) e Reino Unido (9,6%). Percebe-se ainda a importância de países africanos de língua portuguesa nas exportações de Portugal. Angola, por exemplo, absorveu, em 2004, 2,3% das exportações lusitanas.

### 3. Composição do Comércio Exterior

No conjunto do comércio exterior português (considerando o total de importações e exportações), os grupos de produtos mais transacionados são, por ordem de importância,



veículos automóveis, tratores e ciclos; máquinas, aparelhos e material elétricos; caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos.

### Importações por grupos de produtos, 2003, em US\$ milhões, CIF

Grupos de produtos	Valor	Part. %
Veículos automóveis, tratores e ciclos	5.539	11,8%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	5.106	10,8%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	4.812	10,2%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	4.771	10,1%
Plásticos e suas obras	1.627	3,5%
Produtos farmacêuticos	1.567	3,3%
Ferro fundido, ferro e aço	1.439	3,1%
Peixes e crustáceos e moluscos	1.065	2,3%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	1.020	2,2%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia	996	2,1%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	780	1,7%
Produtos químicos orgânicos	727	1,5%
Algodão	684	1,5%
Vestuário e acessórios, exceto de malha	655	1,4%
Borracha e suas obras	644	1,4%
Alumínio e suas obras	640	1,4%
Vestuário e acessórios, de malha	637	1,4%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	634	1,3%
Carnes e miudezas comestíveis	586	1,2%
Cereais	513	1,1%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	479	1,0%
Extratos tanantes e tintoriais, tintas	462	1,0%
Aeronaves e suas partes	444	0,9%

continua na próxima página

continuação da página anterior

Produtos diversos das indústrias químicas	436	0,9%
Calçados, polainas e suas partes	430	0,9%
Frutas, cascas de cítricos e de melões	430	0,9%
Óleos essenciais e resinóides	429	0,9%
Peles, exceto a peleteria, e couros	402	0,9%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	375	0,8%
<b>Subtotal</b>	<b>38.329</b>	<b>81,4%</b>
<b>Demais Produtos</b>	<b>8.783</b>	<b>18,6%</b>
<b>Total Geral</b>	<b>47.112</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: ITC/UNCTAD/Trademap.

Os principais grupos de produtos importados por Portugal em 2003 foram: automóveis, tratores e ciclos (11,8%); máquinas, aparelhos e material elétricos (10,8%); caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (10,2%) e combustíveis, óleos e ceras minerais (10,1%). Esses quatro capítulos em conjunto representaram 42,9% do total importado.

### Exportações

Os principais grupos de produtos exportados por Portugal em 2003 foram: automóveis, tratores, ciclos (14,2%); máquinas, aparelhos e material elétricos (12,1%); vestuário e seus acessórios (10,5%); caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (7,6%) e calçados, polainas e artefatos semelhantes (5,1%). Esses grupos de produtos em conjunto representaram cerca da metade do total exportado.



**Exportações por grupos de produtos, 2003,  
em US\$ milhões, FOB**

EXPORTAÇÕES (fob)	Valor	Part. %
Veículos automóveis, tratores, ciclos	4.510	14,2%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	3.861	12,1%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	2.423	7,6%
Vestuário e seus acessórios de malha	2.253	7,1%
Calçados, polainas e suas partes	1.626	5,1%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	1.097	3,4%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	1.069	3,4%
Cortiça e suas obras	1.015	3,2%
Plásticos e suas obras	902	2,8%
Outros artefatos têxteis confeccionados	828	2,6%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	825	2,6%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	776	2,4%
Bebidas, líquidos alcóolicos e vinagres	775	2,4%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	591	1,9%
Produtos cerâmicos	573	1,8%
Ferro fundido, ferro ou aço	488	1,5%
Borracha e suas obras	484	1,5%
Pastas de madeira ou outras matérias fibrosas	478	1,5%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	452	1,4%
Produtos químicos orgânicos	413	1,3%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia	344	1,1%
Alumínio e suas obras	303	1,0%
<b>Subtotal</b>	<b>26.086</b>	<b>82,0%</b>
<b>Demais Produtos</b>	<b>5.743</b>	<b>18,0%</b>
<b>Total Geral</b>	<b>31.829</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: ITC/UNCTAD/Trademap.



### IV - RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS BRASIL-JAPÃO

#### 1. Intercâmbio comercial bilateral

O intercâmbio comercial entre Brasil e Portugal no quinquênio 2000-2004 foi marcado por um expressivo aumento das exportações brasileiras e uma pequena oscilação das importações, resultando em substancial aumento do superávit brasileiro com esse importante parceiro comercial. Em 2004, Portugal foi o 21o principal destino das vendas do Brasil e apenas o 46o fornecedor.

No âmbito da União Européia, Portugal absorveu, em 2004, cerca de 2,9% do intercâmbio comercial do Brasil com o bloco, e, com isso, ampliou sua participação que era de 1,9% em 2000.

Nos últimos cinco anos, as trocas comerciais entre Brasil e Portugal mais que dobraram, passando de US\$ 550 milhões em 2000 para US\$ 1,1 bilhão em 2004.

Esse expressivo aumento resultou quase exclusivamen-

te do incremento de 153% das exportações brasileiras, que passaram de US\$ 379 milhões em 2000 para US\$ 961 milhões em 2004. Portugal foi responsável por 4,0% do total das vendas brasileiras para a União Européia em 2004.

As importações brasileiras de produtos portugueses, por sua vez, tiveram pequeno aumento no período em análise (12%), passando de US\$ 170 milhões em 2000 para US\$ 191 milhões em 2004. Como conseqüência, o Brasil tem registrado sucessivos recordes em sua balança comercial com Portugal. O saldo comercial, que era de US\$ 209 milhões em 2000, atingiu US\$ 770 milhões em 2004, um aumento de 268% no período.

Os dados consolidados dos primeiros seis meses de 2005 apontam uma redução das exportações brasileiras em cerca de 18% e um aumento das compras de produtos portugueses de 15%, contribuindo para a redução do superávit brasileiro em 25%.

#### Intercâmbio Comercial Brasil - Portugal, quadro comparativo jan-jun 2004/2005

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - PORTUGAL	2004 (Jan-Jun)	2005 (Jan-Jun)
Exportações	491.109	403.449
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	72,3%	-17,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a União Européia	4,4%	3,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	1,1%	0,8%
Importações	91.208	104.777
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	39,2%	14,9%
Part. (%) no total das importações brasileiras da União Européia	1,3%	1,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,3%	0,3%
Intercâmbio Comercial	582.317	508.226
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	66,1%	-12,7%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-União Européia	3,2%	2,3%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,8%	0,6%
Saldo Comercial	399.901	298.672

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema ALICE.



### Intercâmbio Comercial Brasil-Portugal 2001-2004, em milhares de dólares

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - PORTUGAL	2001	2002	2003	2004 <sup>2</sup>
Exportações (fob)	506.475	581.772	627.824	961.477
Variação em relação ao ano anterior	33,5%	14,9%	7,9%	53,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a União Européia	3,4%	3,8%	3,4%	4,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,9%	1,0%	0,9%	1,0%
Importações (fob)	198.289	169.331	143.407	190.710
Variação em relação ao ano anterior	16,6%	-14,6%	-15,3%	33,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras da União Européia	1,3%	1,3%	1,1%	1,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,4%	0,4%	0,3%	0,3%
Intercâmbio Comercial	704.764	751.103	771.231	1.152.187
Variação em relação ao ano anterior	28,2%	6,6%	2,7%	49,4%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a União Européia	2,4%	2,6%	2,4%	2,9%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,6%	0,7%	0,6%	0,7%
Saldo Comercial	308.186	412.441	484.417	770.767

## 2. Composição do intercâmbio comercial bilateral

### Exportações brasileiras destinadas a Portugal

Os principais produtos exportados para Portugal foram óleos brutos de petróleo (24,5%), outros grãos de soja, mesmo triturados (15,5%) e laminados de ferro/aço (11,9%). Esses produtos em conjunto representaram mais da metade do total exportado pelo Brasil para Portugal em 2004.

Em 2004, Portugal foi o 5o principal mercado de destino das exportações brasileiras de óleos brutos de petróleo, absorvendo cerca de 9,3% do total exportado do produto.



Intercâmbio Comercial Brasil-Portugal, 2002-2004

### Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, em milhares de dólares

	2002	Part. %	2003	Part. %	2004	Part. %
Combustíveis, óleos e ceras minerais	117.635	20,2%	146.332	23,3%	235.696	24,5%
Óleos brutos de petróleo	115.319	19,8%	146.294	23,3%	235.634	24,5%
Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes	164.663	28,3%	80.647	12,8%	149.030	15,5%
Outros grãos de soja, mesmo triturados	164.609	28,3%	80.494	12,8%	148.938	15,5%
Ferro fundido, ferro e aço	16.412	2,8%	44.168	7,0%	139.368	14,5%
Outros laminados de ferro/aço, quentes, em rolos, espessura < 3mm	570	0,1%	12.159	1,9%	75.399	7,8%
Outros laminados de ferro/aço, quentes, em rolos, esp. entre 3 e 4,75mm	465	0,1%	5.048	0,8%	25.000	2,6%
Laminados de ferro/aço, estanhado	9.381	1,6%	10.098	1,6%	14.808	1,5%
Outras fio-máquinas de ferro/aço, não ligado	233	0,0%	6.678	1,1%	5.349	0,6%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	47.927	8,2%	36.435	5,8%	60.114	6,3%
Outras madeiras serradas/cortadas em folhas	13.810	2,4%	13.407	2,1%	20.592	2,1%
Painéis de madeira, para soalhos	5.311	0,9%	5.466	0,9%	6.986	0,7%
Outras madeiras tropicais, serradas/cortadas em folhas	2.846	0,5%	3.104	0,5%	5.244	0,5%
Madeira de ipê, serrada/cortada em folhas	670	0,1%	1.272	0,2%	4.528	0,5%
Madeira de coníferas, em bruto	15.184	2,6%	1.119	0,2%	4.506	0,5%
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc.	30.684	5,3%	33.363	5,3%	38.239	4,0%
Anéis de segmento, para motores de explosão	9.954	1,7%	10.165	1,6%	13.782	1,4%
Anéis de segmento, para motores a diesel/semidiesel	5.153	0,9%	7.051	1,1%	8.052	0,8%
Motocompressor hermético	4.536	0,8%	5.712	0,9%	2.920	0,3%
Bronzes	1.154	0,2%	1.243	0,2%	2.200	0,2%
Peles, exceto a peleteria(peles com pelos), e couros	50.777	8,7%	47.182	7,5%	36.935	3,8%
Outros couros bovinos, incl. búfalos, divid. umid. pena flor	10.776	1,9%	14.881	2,4%	10.011	1,0%
Outros couros/peles, int. bovinos, prepar. etc.	7.533	1,3%	8.231	1,3%	8.024	0,8%
Outros couros/peles, int. bovinos, pena flor prepar. etc.	1.117	0,2%	4.668	0,7%	4.727	0,5%
Outros couros/peles, int. bovinos, secos, pena flor	8.805	1,5%	7.412	1,2%	3.817	0,4%
Carnes e miudezas comestíveis	12.042	2,1%	15.753	2,5%	22.871	2,4%
Açúcares e produtos de confeitaria	235	0,0%	9.271	1,5%	21.911	2,3%
Resíduos e desperdícios das indústrias	2.136	0,4%	13.961	2,2%	20.427	2,1%
Cereais	2.719	0,5%	12.592	2,0%	19.441	2,0%
Algodão	29.082	5,0%	27.429	4,4%	19.166	2,0%
Algodão simplesmente debulhado, não cardado nem penteado	3.987	0,7%	2.091	0,3%	10.562	1,1%
Fio algodão cru, simpl. fibra penteada	4.524	0,8%	9.371	1,5%	1.910	0,2%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	6.499	1,1%	10.257	1,6%	18.038	1,9%
Plásticos e suas obras	9.613	1,7%	15.110	2,4%	17.933	1,9%
Livros, jornais, gravuras e outros prod. gráficos	8.563	1,5%	15.011	2,4%	16.921	1,8%
Frutas, cascas de cítricos e de melões	10.322	1,8%	15.815	2,5%	15.839	1,6%
Peixes e crustáceos, moluscos	3.322	0,6%	7.678	1,2%	13.045	1,4%
<b>Subtotal</b>	<b>512.631</b>	<b>88,1%</b>	<b>531.004</b>	<b>84,6%</b>	<b>844.974</b>	<b>87,9%</b>
<b>Demais Produtos</b>	<b>69.141</b>	<b>11,9%</b>	<b>96.820</b>	<b>15,4%</b>	<b>116.503</b>	<b>12,1%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>581.772</b>	<b>100,0%</b>	<b>627.824</b>	<b>100,0%</b>	<b>961.477</b>	<b>100,0%</b>

Elaboração: MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial



Intercâmbio comercial Brasil-Portugal. Quadro Comparativo 2004 e 2005

### Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, em milhares de dólares.

	2004 (Jan-Jun)	Part. %	2005 (Jan-Jun)	Part. %
Combustíveis, óleos e ceras minerais	129.896	26,4%	72.551	18,0%
Ferro fundido, ferro e aço	66.778	13,6%	68.460	17,0%
Sementes e frutos oleaginosos, grãos	72.550	14,8%	38.890	9,6%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	28.368	5,8%	30.906	7,7%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	19.299	3,9%	19.758	4,9%
Peles, exceto a peleteria, e couros	20.516	4,2%	18.332	4,5%
Carnes e miudezas comestíveis	11.380	2,3%	18.262	4,5%
Plásticos e suas obras	6.608	1,3%	15.305	3,8%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes	12.033	2,5%	14.964	3,7%
Frutas, cascas de cítricos e de melões	6.481	1,3%	9.284	2,3%
Café, chá, mate e especiarias	6.005	1,2%	8.860	2,2%
Livros, jornais, gravuras e outros produtos gráficos	8.341	1,7%	8.081	2,0%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	3.785	0,8%	6.524	1,6%
Peixes e crustáceos, moluscos	5.421	1,1%	6.172	1,5%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	5.327	1,1%	6.053	1,5%
<b>Subtotal</b>	<b>402.788</b>	<b>82,0%</b>	<b>342.402</b>	<b>84,9%</b>
<b>Demais Produtos</b>	<b>88.321</b>	<b>18,0%</b>	<b>61.047</b>	<b>15,1%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>491.109</b>	<b>100,0%</b>	<b>403.449</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema ALICE

### Importações brasileiras provenientes de Portugal

Liderando o ranking dos principais produtos portugueses importados pelo Brasil, estão os tradicionais óleos de oliva, com participação de 22,7% do total em 2004. O vinho e o bacalhau, outros produtos tradicionalmente associados a Portugal, também têm presença importante, com 10,9% de participação. Outros produtos relevantes são os sulfetos de minérios de cobre (10,6%) e óleos lubrificantes (7,1%).





Intercâmbio Comercial Brasil-Portugal, 2002-2004

### Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, em milhares de dólares.

	2002	Part. %	2003	Part. %	2004(1)	Part. %
Gorduras, óleos e ceras, animais ou vegetais	28.410	16,8%	30.904	21,5%	43.312	22,7%
Outros azeites de oliva	815	0,5%	7.715	5,4%	20.673	10,8%
Azeite de oliva, refinado	20.174	11,9%	15.135	10,6%	12.084	6,3%
Azeite de oliva virgem	7.256	4,3%	7.898	5,5%	10.125	5,3%
Minérios, escórias e cinzas	6.465	3,8%	5.242	3,7%	20.280	10,6%
Sulfetos de minérios de cobre	6.465	3,8%	5.242	3,7%	20.280	10,6%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	12.306	7,3%	12.779	8,9%	13.575	7,1%
Óleos lubrificantes sem aditivos	10.325	6,1%	12.715	8,9%	13.554	7,1%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	22.202	13,1%	10.900	7,6%	12.362	6,5%
Bobinas de ignição para motor a explosão/diesel	4.068	2,4%	2.482	1,7%	3.727	2,0%
Outras partes p/ aparelhos interruptores circuito elétrico	1.101	0,7%	1.307	0,9%	1.322	0,7%
Condensador fixo elétrico de tântalo, montag. superf.	-	0,0%	-	0,0%	917	0,5%
Outros transformadores elétricos	155	0,1%	91	0,1%	890	0,5%
Reles para tensão	568	0,3%	542	0,4%	685	0,4%
Outras partes para aparelhos receptores radiodif. TV	1.513	0,9%	1.017	0,7%	597	0,3%
Transformador elétrico, potência < 1kVA	1	0,0%	-	0,0%	568	0,3%
Outros relés, 60 volts	521	0,3%	313	0,2%	451	0,2%
Jogos de fios para velas de ignição	1.935	1,1%	36	0,0%	215	0,1%
Bebidas, líquidos alcóolicos e vinagres	8.795	5,2%	9.787	6,8%	12.255	6,4%
Outros vinhos, mostos de uvas cuja ferment. tenha sido imp.por adição de álcool	8.543	5,0%	9.557	6,7%	11.778	6,2%
Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos	8.210	4,8%	9.723	6,8%	11.922	6,3%
Bacalhaus (gadus) secos, mesmo salgados/defumados	5.247	3,1%	7.383	5,1%	8.902	4,7%
Fibras sintéticas/artificiais descontínuas	6.422	3,8%	9.648	6,7%	11.852	6,2%
Cabos acrílicos ou modacrílicos	5.109	3,0%	9.332	6,5%	10.696	5,6%
Fibras acrílicas ou modacrílicas, não cardadas	393	0,2%	208	0,1%	617	0,3%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	21.654	12,8%	9.852	6,9%	11.025	5,8%
Outras máquinas e aparelhos mecânicos com função própria	514	0,3%	874	0,6%	1.515	0,8%
Partes de máquinas e aparelhos de ar condicionado	342	0,2%	547	0,4%	1.318	0,7%
Partes de máquinas e aparelhos para fabricação de falsos tecidos	276	0,2%	460	0,3%	844	0,4%
Aquecedores de água, de aquecimento instantâneo	744	0,4%	1.505	1,0%	798	0,4%
Moldes para moldagem de borracha/plástico	7.812	4,6%	1.158	0,8%	795	0,4%
Placas de memória, montadas	203	0,1%	211	0,1%	719	0,4%
Partes de máquinas e aparelhos para limpar/secar/encher/fechar	278	0,2%	429	0,3%	666	0,3%
Máquinas-ferramentas para enrolar/arquear metais	193	0,1%	162	0,1%	585	0,3%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	4.454	2,6%	5.046	3,5%	7.211	3,8%
Plásticos e suas obras	9.438	5,6%	6.655	4,6%	6.546	3,4%
Outras chapas, de polímero cloreto de vinila	159	0,1%	933	0,7%	1.457	0,8%
Tereftalato de polietileno em forma primária	-	0,0%	387	0,3%	1.310	0,7%
Outras chapas, de outros plásticos, alveolares	839	0,5%	605	0,4%	865	0,5%
Policloreto de vinila, obtido proc. suspensão, forma primária	2.958	1,7%	2.414	1,7%	308	0,2%
Frutas, cascas de cítricos e de melões	5.022	3,0%	4.051	2,8%	5.654	3,0%
Cortiça e suas obras	2.850	1,7%	2.098	1,5%	3.195	1,7%
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto	853	0,5%	1.222	0,9%	2.504	1,3%
Livros, jornais, gravuras; textos, plantas	3.824	2,3%	2.871	2,0%	1.976	1,0%
<b>Subtotal</b>	<b>140.905</b>	<b>83,2%</b>	<b>120.778</b>	<b>84,2%</b>	<b>163.669</b>	<b>85,8%</b>
<b>Demais Produtos</b>	<b>28.426</b>	<b>16,8%</b>	<b>22.629</b>	<b>15,8%</b>	<b>27.041</b>	<b>14,2%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>169.331</b>	<b>100,0%</b>	<b>143.407</b>	<b>100,0%</b>	<b>190.710</b>	<b>100,0%</b>



Intercâmbio Comercial Brasil- Portugal. Quadro Comparativo 2004-2005

### Principais grupos de produtos importados pelo Brasil

	2004 (Jan-Jun)	Part. %	2005 (Jan-Jun)	Part. %
Combustíveis, óleos e ceras minerais	8.258	9,1%	12.401	11,8%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	4.405	4,8%	9.429	9,0%
Peixes e crustáceos, moluscos	3.962	4,3%	8.858	8,5%
Minérios, escórias e cinzas	11.534	12,6%	8.067	7,7%
Fibras sintéticas ou artificiais, descontinuadas	5.073	5,6%	5.787	5,5%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	4.946	5,4%	4.975	4,7%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	5.684	6,2%	4.912	4,7%
Veículos automóveis, tratores e ciclos	3.200	3,5%	4.401	4,2%
Plásticos e suas obras	3.115	3,4%	2.800	2,7%
Obras diversas de metais comuns	284	0,3%	1.377	1,3%
Cortiça e suas obras	1.329	1,5%	1.371	1,3%
Obras de pedra, gesso, cimento, etc.	1.131	1,2%	1.359	1,3%
Vestuário e seus acessórios, de malha	927	1,0%	1.235	1,2%
<b>Subtotal</b>	<b>53.848</b>	<b>59,0%</b>	<b>66.972</b>	<b>63,9%</b>
<b>Demais Produtos</b>	<b>37.360</b>	<b>41,0%</b>	<b>37.805</b>	<b>36,1%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>91.208</b>	<b>100,0%</b>	<b>104.777</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema ALICE

### 3. Principais acordos econômicos com o Brasil.

Encontram-se em vigor entre Brasil e Portugal os seguintes acordos na área econômica:

a) Acordo sobre transportes aéreos regulares, em vigor desde 20 de abril de 1994;

b) Acordo de comércio, em vigor desde 7 de setembro de 1966;

c) Convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento, em vigor desde 22 de abril de 1971 (para ser revista a cada três anos);

d) Acordo sobre transporte e navegação marítima, em vigor desde 23 de maio de 1978;

e) Acordo sobre cooperação econômica e comercial, em vigor desde 3 de fevereiro de 1981;

f) Acordo sobre Cooperação no Domínio do Turismo, em vigor desde 3 de fevereiro de 1981;

g) Acordo sobre Previdência Social, em vigor desde 7 de maio de 1991;

h) Acordo para a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos, em vigor desde 9 de fevereiro de 1994.3. Principais acordos econômicos com o Brasil.



## V - ACESSO AO MERCADO

### 1. Sistema tarifário da União Européia

Estrutura da Tarifa Externa Comum  
Sistema Geral de Preferências da União Européia  
(consultar o guia “União Européia: Acesso ao Mercado”  
da Coleção de Estudos e Documentos de Comércio Exterior, n.º  
99, disponível no site [www.braziltradenet.gov.br](http://www.braziltradenet.gov.br))

### 2. Regulamentação de importação

Regulamentação geral da União Européia  
Política geral de importação  
Importações incentivadas  
(consultar o guia “União Européia: Acesso ao Mercado”  
da Coleção de Estudos e Documentos de Comércio Exterior, n.º  
99, disponível no site [www.braziltradenet.gov.br](http://www.braziltradenet.gov.br))

### Outras taxas e gravames à importação

Apesar de os impostos internos dos países-membros ainda não terem sido uniformizados no âmbito da política fiscal da União Européia, os principais impostos indiretos foram progressivamente substituídos pelo sistema da Taxa sobre o Valor Agregado - TVA, pelo qual apenas o valor agregado nas transações de mercadorias e serviços é sujeito à taxação.

Esse sistema já foi adotado por todos os países da União Européia, em sua concepção e estrutura. No entanto, estão ainda por serem harmonizados seus níveis, que variam em função das categorias dos produtos, de um país para outro. Essa taxa é cobrada, quer sobre mercadorias importadas, quer sobre mercadorias de produção local, mas não mais do que uma vez em diferentes países. A TVA constitui o principal recurso financeiro da Comissão da União Européia.

A base de imposição da TVA para produtos importados é o preço cif, sendo o seu pagamento exigível no momento de internação do produto, junto com o montante dos direitos

aduaneiros e demais taxas que incidem sobre a mercadoria. As exportações estão isentas desse imposto. A TVA vigora em Portugal desde 1986, com a denominação de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), e segue em 3 escalões percentuais de imposto: taxa reduzida de 5%, para bens de primeira necessidade, taxa intermediária de 12% e taxa normal de 19%.

### Licença de importação

A entrada de determinados produtos em Portugal está sujeita à licença de importação, cuja emissão é responsabilidade da Direção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC) do Ministério das Finanças. O licenciamento poderá ser necessário no caso de mercadorias que são objeto de restrições quantitativas. Essas restrições incidem, por exemplo, sobre produtos abrangidos pelo regime de duplo controle e pelo regime de vigilância comum. O procedimento passa, então, pelas seguintes fases:

1) as autoridades brasileiras enviarão a guia de exportação ao importador português, que a conduzirá à Direção supra mencionada;

2) essa Direção emitirá a licença de importação e/ou o documento de vigilância, após consulta à Comissão Européia sobre a disponibilidade de quota no contingente comunitário de importação do produto em questão.

No caso da importação de produtos agrícolas comercializados sob o controle de regulamentações denominadas Organizações de Mercado Comum, a União Européia pode exigir o certificado de importação, além de outros documentos comprobatórios. Se os produtos estiverem isentos de restrições quantitativas, o importador deverá apenas apresentar o contrato de importação ou fatura comercial.

### Contingenciamentos ou cotas

(consultar o guia “União Européia: Acesso ao Mercado”  
da Coleção de Estudos e Documentos de Comércio Exterior, n.º



99, disponível no site [www.braziltradenet.gov.br](http://www.braziltradenet.gov.br))

### **Importações proibidas ou suspensas**

Estão proibidas as importações de bovinos, ovinos, caprinos e suínos vivos. São autorizadas as importações de produtos à base de carne, desde que respeitem determinadas condições associadas à temperatura, armazenagem e modo de tratamento e preparação. Como essas circunstâncias variam e existem exigências técnicas específicas, recomenda-se, para produtos animais e/ou de origem animal, consultar a Direção Geral de Veterinária (ver Anexo I).

### **Medidas anti-dumping e direitos compensatórios**

Em produtos sujeitos a medidas anti-dumping e direitos compensatórios, o pagamento desses direitos será efetuado na fronteira comunitária, no momento da importação dos produtos.

### **Eventuais medidas de retaliação comercial**

(consultar o guia “União Européia: Acesso ao Mercado” da Coleção de Estudos e Documentos de Comércio Exterior, nº 99, disponível no site [www.braziltradenet.gov.br](http://www.braziltradenet.gov.br))

### **Importações via postal**

A remessa de encomenda comercial envolve um conjunto de formalidades. Em primeiro lugar, o pacote deve ser acompanhado de documentos (fatura pró-forma e guia de transporte) e de uma declaração anexa informando sobre o conteúdo do pacote. Quando uma remessa de produtos é enviada do Brasil para o importador português, o pacote postal deve ser acompanhado dos documentos mencionados, sendo retirados na Estação Alfandegária dos Correios Portugueses, após o pagamento dos respectivos direitos alfandegários.

Antes, porém, de preparar a encomenda postal, o ex-

portador brasileiro deve certificar-se de que os produtos em questão possam entrar no país de destino por via postal.

### **Amostras, catálogos e material publicitário**

Portugal é signatário da Convenção para Facilitar a Importação de Amostras e Material Publicitário, pelo que é permitida a importação isenta de direitos aduaneiros de amostras sem valor comercial, corretamente rotuladas como tal, ou seja, com referência explícita de amostra gratuita, dimensão inferior ao produto normal ou para inutilização após a demonstração (de acordo com o Regulamento CE 918/83 do Conselho, de 28/3/83). As amostras, contudo, devem ser acompanhadas da mesma documentação exigida para a importação de outras mercadorias.

Os catálogos, listas de preços e folhetos com notícias comerciais também são isentos do imposto de importação, desde que:

- 1) o nome do fabricante ou vendedor esteja visivelmente legível;
- 2) cada embarque contenha apenas um exemplar, e
- 3) embarques com mais de um exemplar não excedam um quilograma bruto.

Os demais materiais de propaganda que não preenchem essas exigências são taxados na alfândega.

A reexportação dos produtos admitidos segundo esse regime deve ser feita no prazo de seis meses, ou o equivalente à sua montagem, demonstração, desmontagem e reenvio.

### **Regulamentação específica de Portugal**

#### **Normas sanitárias e técnicas**

No que se refere à regulamentação sanitária (produtos de origem animal ou vegetal) e técnica (normas de segurança, qualidade, proteção ao consumidor, práticas comerciais, etc.), a legislação portuguesa encontra-se praticamente harmoni-



zada com a União Européia. No entanto, sua aplicação, em alguns casos, é ainda efetuada de forma diferente e segundo padrões diversos nos países-membros da União.

No campo específico das exportações de carne bovina e de frango, os estabelecimentos brasileiros interessados naquele mercado deverão sujeitar-se a inspeções sanitárias por técnicos da União Européia.

Tais inspeções abrangem exames das condições higiênicas dos estabelecimentos de abate e de processamento de carne, bem como da qualidade do produto final a ser importado pelos europeus. Uma vez aprovados nessa inspeção e atendidos os requisitos do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal da Secretaria de Defesa Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Brasil, os produtores brasileiros estarão habilitados a figurar na lista de exportadores para a União Européia. Os exportadores de peixe deverão obedecer aos mesmos requisitos.

A União Européia encontra-se igualmente empenhada na harmonização dos padrões industriais dos países-membros. Várias diretrizes comunitárias já foram adotadas nesse sentido. Também está sendo elaborada regulamentação comum de informação e proteção do consumidor. Entretanto, mesmo quando existirem normas e padrões técnicos comunitários, as medidas de aplicação dos mesmos encontrar-se-ão sempre a cargo dos países-membros.

### **Embalagem e Rotulagem**

Em Portugal, os produtos importados, com marcas de empresas portuguesas, devem conter, em seus rótulos, o nome do país de origem do fabricante. Os produtos farmacêuticos, fumo, pastas alimentícias, fertilizantes, vinhos, licores e alimentos contendo conservantes e corantes artificiais estão sujeitos a normas específicas de rotulagem. Os artigos têxteis e de couro e de vestuário têm de apresentar etiqueta, indicando o país de origem. Os artigos têxteis e de vestuário, fabricados com fibras diversas, devem indicar, na etiqueta, o percentual de cada uma na composição do tecido.

A Comissão Européia publica, periodicamente, documentos relativos à uniformização das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-membros relativos ao setor de embalagens de alimentos.

São várias as normas técnicas exigidas aos produtos em comercialização no mercado português. Porém, a uniformização destas normas é uma das principais preocupações da Comissão Européia. O Instituto Português da Qualidade é o organismo de notificação, responsável pela gestão da informação relativa às normas e regras técnicas.

### **Marcas comerciais e patentes**

O processo de harmonização das legislações de seus Estados-membros continua sendo um dos principais objetivos da União Européia no campo da propriedade intelectual e industrial.

No que se refere às marcas comerciais, o Conselho adotou, em Dezembro de 1988, diretiva que atribuiu a mesma proteção em todos os Estados-membros, facilitando a livre circulação de produtos e prestação de serviços no mercado comunitário. É facultado, contudo, aos Estados, conceder proteção mais ampla às marcas de maior renome. Ainda nesse campo, a União Européia adotou regulamento sobre a marca comunitária (CE) 40/94 do Conselho (publicado no JOCE L11, de 14/1/94). Tal regulamento, cujas disposições não são conflitantes com as da diretiva antes mencionada, procura estabelecer uma só marca comercial para toda a União Européia.

As empresas estrangeiras e portuguesas registram suas marcas comerciais junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPRI). De acordo com a legislação portuguesa, o registro de uma marca comercial, válido por dez anos e renovável por igual período, garante a sua propriedade. No entanto, para que a marca comercial se mantenha válida, tem que ser usada efetivamente em um prazo de cinco anos. A marca comercial deve ser em português ou em latim, exceto quando utilizada fora de Portugal, caso em que poderá ser redigida na língua de qualquer país-membro da Convenção de Paris sobre



a Propriedade Industrial.

Se a empresa pretender assegurar a proteção de uma marca em todo o território da União Européia, deverá dar entrada com o pedido no INPRI, que enviará toda documentação para o Instituto de Harmonização do Mercado Interno (sediado na Espanha), ou dirigir-se diretamente a esse organismo.

As patentes de empresas estrangeiras também têm que ser registradas no Instituto Nacional de Propriedade Industrial, por agente local, que precisa fornecer todas as especificações em português, além de apresentar desenhos das mesmas, quando for o caso. O período de validade do registro é de 20 anos, a partir da data do pedido. Da mesma forma, a Patente Internacional ou Européia (mais abrangente que Comunitária) pode ser obtida, respectivamente, junto à Organização Mundial de Propriedade Intelectual ou ao Instituto Europeu de Patentes, por intermédio do INPRI.

O pagamento de taxas e benefícios torna-se necessário para a manutenção em vigor de marcas e patentes em Portugal.

### Regime cambial

Em 1º de Janeiro de 1993, Portugal aboliu todas as restrições incidentes sobre o movimento de capitais. O Banco de Portugal supervisiona as transações cambiais, por determinação do Ministério das Finanças, com a assistência dos bancos comerciais, que operam o câmbio.

Em relação a medidas de controle cambial, existe apenas a necessidade, por parte de residentes e não-residentes, de declaração à alfândega, ao atravessar a fronteira, com quantia superior a US\$ 13.500.

### 3. Documentação e formalidades

#### Embarques (no Brasil)

Os seguintes documentos deverão ser providenciados, no Brasil, pelo exportador:

- a) fatura comercial pró-forma;
- b) conhecimento de embarque (bill of lading);
- c) certificado de origem;
- d) certificado sanitário ou fitossanitário (quando aplicável);
- e) romaneio de embarque (packing list).

Da fatura comercial devem constar, em princípio, os seguintes dados: data de emissão; local de embarque; nome e endereço do exportador/importador/ consignatário; meio de transporte; descrição precisa da mercadoria; peso bruto e líquido; preço unitário e total, de fábrica, acrescido de transporte, seguro e outros; país de origem; e assinatura do representante da firma exportadora. O certificado de origem é emitido pelas entidades de classe do setor a que pertence o produto a ser exportado. Os certificados de natureza sanitária são emitidos pelas respectivas autoridades sanitárias (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Saúde, entre outros).

#### Desembaraço alfandegário

O processo de desembaraço alfandegário em Portugal é instruído com a fatura definitiva, o documento único de importação (para efeitos estatísticos), os documentos de embarque e, conforme a mercadoria em causa, com a licença de importação e outros documentos/certificados eventualmente exigidos.

As formalidades para desembaraço alfandegário são, obrigatoriamente, efetuadas por despachantes oficiais e as despesas com formalidades dependem do valor da fatura, de acordo com tabelas próprias.

No caso de rejeição de mercadorias, deverá proceder-se à sua reexportação, a custo do importador ou do exportador brasileiro, conforme estipulado no contrato. Se a mercadoria não for reclamada no prazo de 45 dias, a alfândega irá conduzi-la a leilão.



#### 4. Regimes especiais

##### Instalações aduaneiras

A União Européia dispõe de entrepostos aduaneiros em seus Estados-membros, sob controle de alfândegas, para armazenagem de mercadorias que ainda não tenham sido colocadas em livre circulação na União (sem pagamento de direitos aduaneiros e outras taxas, IVA ou de consumo). Esses armazéns podem ser públicos ou privados. Neles, são apenas permitidas operações simples de manuseio que não envolvam, prioritariamente, transformação, ou seja, operações de embalagem, rotulagem, separação ou mistura, empacotamento, conservação e outros. No entanto, sob autorização expressa da alfândega, podem ser realizadas manipulações usuais da mercadoria (modificações na embalagem ou acondicionamento, que não provoquem alterações na classificação tarifária). Paralelamente, existem entrepostos fiscais, onde são depositadas mercadorias sujeitas a impostos especiais sobre o consumo, como é o caso das bebidas alcoólicas e do fumo. Essas mercadorias poderão ser colocadas em circulação na União Européia, em parte ou na sua totalidade, na saída desses armazéns.

A União Européia possui, igualmente, zonas francas em quase todos Estados-membros, com extraterritorialidade alfandegária (não pagamento de direitos de importação e outras taxas), onde as mercadorias poderão sofrer manipulação e transformação.

A legislação portuguesa prevê a existência de armazéns portuários com estatuto aduaneiro especial, que permite o depósito de mercadorias sem pagamento de direitos até sua internação ou reexportação. A legislação em vigor permite a operação de qualquer indústria dentro das instalações dos armazéns portuários, sob supervisão aduaneira.

Entre os armazéns diretamente controlados pela alfândega, encontram-se armazéns de trânsito para depósito tem-

porário de mercadorias a serem reexportadas. Associações empresariais, sociedades anônimas e outras empresas podem, com autorização governamental, estabelecer armazéns de trânsito através do fornecimento prévio de garantia.

As estruturas de armazenagem descritas a seguir são apenas supervisionadas pela alfândega. Diferem das anteriores pelo fato de que a legislação permite a qualquer indústria operar dentro de seus limites.

Na região de Lisboa existem armazéns alfandegários (entrepostos) para o armazenamento de produtos a serem, posteriormente, destinados ao mercado interno ou à exportação. As mercadorias podem permanecer nesses entrepostos simples por prazo ilimitado, exceto quando se tratar de bens perecíveis ou de explosivos e produtos perigosos, caso em que a alfândega pode limitar o período de permanência ou mesmo impedi-la.

Sua primeira função é a de armazenagem, embora, residualmente, neles se possam desenvolver operações de aperfeiçoamento ativo simples (montagem, entrepostagem, amostragem, combinação, mistura, seleção, embalagem e manipulação de produtos). O controle desses entrepostos é realizado através da contabilidade dos estoques.

A legislação portuguesa também prevê a existência de entrepostos francos, dentro dos quais se podem desenvolver, prioritariamente, operações de aperfeiçoamento ativo, utilizando insumos de origem nacional ou estrangeira para produzir bens destinados à exportação. Se, posteriormente, forem destinados ao mercado interno, tais produtos devem ser objeto de processo alfandegário. Esses entrepostos estão sob fiscalização permanente.

Uma terceira modalidade de regime especial é a das zonas francas. Teoricamente, Portugal conta, hoje, com duas zonas francas, localizadas nas Ilhas da Madeira e de Santa Maria (no arquipélago dos Açores), embora, na prática, esta última se encontre desativada. A zona franca da Madeira reúne todo um conjunto de atividades comerciais e de serviços (com



destaque para os serviços financeiros), com isenção de tributação, operando em conformidade com as normas e incentivos em vigor na União Européia. Quando da reexportação para o território da União Européia, as mercadorias em causa terão que pagar os direitos e impostos devidos.

Quanto aos custos médios desses regimes, é importante salientar que só serão pagos nos entrepostos privados, já que, nos públicos, não existe qualquer pagamento.

### **Importações em consignação**

As importações em consignação consistem na remessa de mercadorias, enviadas por um comerciante a outro, para que este as venda, mediante a percepção de comissão.

As mercadorias importadas em consignação estão cobertas por um regime especial, que lhes permite isenção total de direitos e outras taxas, mas não dispensa garantia à entrada em livre circulação. As mercadorias têm, então, prazo de permanência de seis semanas, após esse prazo a empresa deverá consultar a alfândega para identificação do regime (ou será notificada a fazê-lo).

As remessas a contento também encontram-se nessa situação (caso das vendas por catálogo, em que o comprador dispõe de seis semanas para analisar se o produto lhe agrada). A diferença entre as mercadorias vendidas e as devolvidas corresponderá à proporção de direitos a pagar e à correspondente liberação da garantia.

**Aperfeiçoamento Ativo e Drawback.** O regime de aperfeiçoamento ativo suspensivo (processing relief), previsto na regulamentação da União Européia, é o sistema através do qual mercadorias destinadas a transformação, processamento, montagem ou acabamento final podem ser introduzidas em país-membro da União, com suspensão de direitos de importação (inclusive eventuais direitos compensatórios) e demais taxas, para posterior exportação do produto final para fora do território. A entrada de mercadorias sob esse regime está, no

entanto, sujeita à cobertura por garantia bancária. Já no caso do drawback, os direitos aduaneiros e IVA são pagos na entrada, e reembolsados na saída da mercadoria, após operadas as transformações.

A importação sob regime de aperfeiçoamento ativo suspensivo pode originar-se de terceiros países ou provir de armazém alfandegário na União Européia. Da mesma forma, os produtos resultantes poderão ser reexportados, colocados em armazém alfandegário ou zona franca em país-membro desse bloco econômico, ou encaminhados para trânsito com destino final fora da União.

As operações de aperfeiçoamento e o transporte das mercadorias são supervisionadas pela alfândega.

### **Admissão temporária**

As mercadorias importadas sob o regime de admissão temporária devem ser reexportadas, como regra, no prazo de seis meses. Poderá ser concedida prorrogação de até 24 meses, quando do apuramento do regime por parte do importador. É exigida garantia junto às autoridades alfandegárias, a qual é devolvida ou cancelada no momento da reexportação das mercadorias.

Caso a admissão temporária de mercadorias seja solicitada por uma entidade pública (ou por uma Embaixada), a operação estará isenta da garantia.

### **Mercadorias em trânsito**

Em virtude da regulamentação da União Européia, as mercadorias comunitárias, ou seja, aquelas originárias de um país-membro ou as importadas que tenham sido colocadas em livre circulação no território do país de entrada, podem normalmente circular de um país-membro para outro. É esse o processo de trânsito comunitário (Community Transit - CT), efetuado através do Certificado, para produtos oriundos de





terceiros países, e para os comunitários que atravessarem um país da Associação Europeia de Comércio Livre.

Antes de colocar as mercadorias em trânsito, deve ser solicitada à alfândega a operação de trânsito e efetuada a respectiva garantia. O transporte das mercadorias deve, então, ser acompanhado do Certificado T1, com referência do destino, das mercadorias em trânsito (quantidade e qualidade) e do prazo para transporte. Se viajarem por via marítima ou ainda não estiverem em livre circulação (depósito temporário), as mercadorias expressamente marcadas em trânsito podem permanecer sob este regime durante 45 dias (eventualmente prorrogáveis por igual período).

Com a chegada das mercadorias ao posto do destino, será realizado seu controle físico e, se estiverem de acordo com o Certificado, é liberada a garantia. Caso os produtos sejam alocados para consumo dentro da União Europeia, deverá então ser concretizado o pagamento dos direitos e impostos devidos, apenas no país de destino.

As informações contidas neste capítulo poderão ser complementadas e atualizadas junto à Divisão de Informação Comercial - DIC e ao Departamento de Operações de Comércio Exterior - DECEX (ver anexo I).



## VI - ESTRUTURA DE COMERCIALIZAÇÃO

### 1. Canais de distribuição

#### Estrutura geral

Ao longo dos últimos anos, a distribuição em Portugal tem evoluído com o aumento da participação das grandes superfícies de consumo - hipermercados e supermercados. Essa tendência, que foi marcante no início dos anos 90, poderá manter-se, embora atenuada pelas características do mercado e do consumo local, que reparte as suas preferências entre o padrão impessoal dos grandes supermercados e o sistema convencional das lojas e estabelecimentos comerciais de pequena dimensão. Deve-se salientar, também, a paulatina implantação de novos métodos de distribuição no mercado português, tais como as vendas por catálogo, internet e telemarketing, em especial para bens de consumo. Essas características possibilitam o surgimento de diversas alternativas de acesso ao sistema de distribuição em Portugal, cujo conhecimento detalhado é fator fundamental para colocação bem sucedida de produtos no mercado em questão.

A maior parte da distribuição/comercialização no mercado português é garantida por grandes e médios supermercados, que adquirem produtos nos mercados interno e externo, por meio de centrais de compras exclusivas, capacitadas a atuar também como importadores. Podem, ainda, abastecer-se diretamente junto a produtores nacionais e a exportadores de outros países, sem interferência de terceiros. Os agentes, representantes, atacadistas e importadores em geral de outros países, costumam manter relacionamento estreito com aquelas centrais de compras e administrações, com vistas à colocação de seus produtos no circuito de distribuição utilizado pelas grandes superfícies. Setor importante da distribuição no país é o atacadista-armazenador, cuja atuação inclui armazenagem, manutenção, controle de estoques, organização de armazéns em pontos de venda, tratamento de encomendas, acondicionamento de certos produtos, transporte para pontos de venda, promoção parcial e desembaraço alfandegário, no caso de

mercadorias importadas.

As importações portuguesas processam-se através de diversos canais, dentre os quais se destacam:

- Agentes comerciais, representantes, dealers e brokers: são bastante numerosos e espalhados por todo o país. Agentes comissionados, quer pelo exportador, quer pelo importador. Trata-se, em geral, de pequenas empresas ou empresários individuais, atuando por conta própria, ou em regime de exclusividade, por contrato, com organizações distribuidoras e importadoras de maior porte. Mantêm contatos e parcerias internacionais, desempenhando função de agentes de compras ou de vendas em mercado global. Muitos deles estão capacitados a contratar importações/exportações com empresas de outros países.

- Importadores-atacadistas: sob esse título classificam-se as centrais de compras antes referidas e armazenadores. Atuam muitas vezes em regime de representação exclusiva e, outras vezes, dispõem de armazéns próprios e rede de vendas diretas. Distribuem seus produtos entre pontos de venda no país e lojas de departamentos.

- Importadores-varejistas: são empresas de pequena dimensão, incluindo lojas de departamento, que importam diretamente do exterior e vendem sob marca própria ou estrangeira. Sua área de atuação abrange bens de consumo, especialmente, têxteis e alimentos.

- Empresas industriais: são responsáveis por grande parte da importação de matérias-primas, de bens intermediários e de bens de capital. Compram seus produtos diretamente do exterior, ou através de agentes e representantes de produtores estrangeiros no país. As empresas públicas incluem-se nesta classificação.

#### Canais recomendados

Atualmente, mais de 70% das exportações brasileiras para Portugal são constituídas de insumos básicos e intermediários, destinados a indústrias locais, em particular de calçados, de óleos alimentícios, do ramo mobiliário, têxteis e si-



derúrgicas. Os canais utilizados pelos exportadores brasileiros daqueles produtos têm sido a exportação direta aos fabricantes e a venda via agentes e representantes, processos que se vêm revelando plenamente eficientes.

A diversificação relativa da pauta brasileira de exportações para Portugal nos últimos anos, com o aumento do peso de produtos manufaturados e industrializados, associada à introdução de novos processos de venda e de distribuição e ao incremento da concorrência internacional, recomenda a escolha criteriosa de canais adequados aos produtos exportáveis. O contrato de agenciamento ou de representação, tendo em vista as suas vantagens, poderá constituir-se em canal indicado para grande parte de mercadorias exportáveis para Portugal. Além de os agentes e representantes deterem profundo conhecimento do mercado comprador e de suas características, estão em permanente contato com potenciais compradores, desenvolvendo, junto a estes, valiosa ação de prospecção e promoção.

Agentes comerciais, dealers e brokers dedicam-se, muitas vezes, ao comércio de matérias-primas e de bens intermediários. Sua ação desenvolve-se junto a compradores industriais, com quem o contato pode ser útil a fornecedores brasileiros voltados para o mercado internacional.

Os importadores-atacadistas e armazenadores, bem como as centrais de compras de supermercados e hipermercados, constituem grupos importantes para produtos que exigem estratégias de marketing. As centrais de compras são pessoas jurídicas que preferem atuar em regime de distribuição exclusiva de produtos selecionados e com forte componente de competitividade, dedicando-se normalmente à importação de bens de consumo.

O comportamento usual das centrais de compras é o da importação pelo melhor preço ofertado e melhores condições e prazo de entrega, seja diretamente da empresa exportadora, seja por meio de contatos com agentes comerciais.

Já os importadores-varejistas, empresas de menor dimensão, importam bens de consumo em quantidades relativamente pequenas e requerem representação exclusiva. Produ-

tos e artigos, cuja presença eficiente no mercado dependa de assistência pós-venda, podem ter nesse tipo de importadores o veículo mais apropriado para sua promoção.

O contrato de representação, formulado em termos claros e objetivos, contendo cláusulas específicas de exclusividade e de solução de controvérsias, é o instrumento recomendado para empresas envolvidas no comércio internacional de produtos industrializados.

### Compras governamentais

As compras governamentais em Portugal são efetuadas de acordo com legislação específica, compatível com a que vigora na União Européia. O fornecimento de bens de consumo à Administração Central, passa pela Direção de Serviços de Aproveitamento Público, do Ministério das Finanças, que abre licitação pública para o fornecimento de produtos diversos (equipamento de escritório, software e hardware informático, fotocopiadoras e duplicadoras, faxes, papel, redes móveis, farmamentos, combustíveis e veículos). Os termos da concorrência são publicados no Diário da República (3ª série), no Jornal Oficial das Comunidades Europeias, no Diário de Notícias e no Jornal de Notícias. Os fornecedores são selecionados com base em critérios técnicos e econômicos, podendo estabelecer acordo de fornecimento com o Estado, por um período de 1 a 3 anos.

Já os fornecimentos a empresas públicas e à administração local poderão ser feitos por intermédio da Direção de Serviços de Aproveitamento Público, ou diretamente junto à administração central. Quanto às concorrências públicas de projetos de engenharia, construção, comunicações e energia no país, sua divulgação e administração passam pelo Conselho de Mercado e Obras Públicas do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicação sendo o processo semelhante ao acima descrito. No entanto, se o projeto alvo de concorrência for co-financiado por fundos comunitários, as empresas concorrentes estrangeiras deverão participar em associação com empresa comunitária.



## 2. Promoção de vendas

### Considerações Gerais

As condições para cobertura de custos promocionais pelas empresas exportadora e importadora deverão ser, em geral, estabelecidas em contrato de representação ou de agenciamento e dependerão de diversos fatores, tais como: nível de comprometimento da representação; prazo estabelecido no contrato; e cláusula de valores mínimos de investimento promocional por períodos de tempo.

### Feiras e exposições

Em Lisboa, a Associação Industrial Portuguesa é a entidade que se encarrega da promoção e realização de feiras internacionais e nacionais. Suas instalações estão preparadas para a realização simultânea de diversos eventos (exposições, convenções, etc.). A Associação Empresarial de Portugal (ex-Associação Industrial Portuense, organização semelhante para a região norte do país) conta com o complexo EXPONOR, nos arredores da cidade do Porto, para a realização de feiras e convenções. Esses espaços têm proliferado por todo o país e, grande parte das vezes, encontram-se vinculados a associações empresariais de caráter regional.

As feiras de âmbito internacional aparecem como meio eficaz de promoção para produtos com possibilidades de penetração no mercado.

Nos últimos anos, o Brasil tem sido representado na Feira BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa), por intermédio da Embratur e de representações de Estados. São vários, porém, os eventos em que se destaca a participação brasileira, como nas áreas da informática, vestuário e moda, artesanato, cosméticos, entre outras.

O regime alfandegário das mercadorias a serem exibidas em feiras é o da admissão temporária, sendo o prazo limite de permanência de seis meses. A Associação Industrial Portuguesa e a Associação Empresarial de Portugal contam

com departamento específico, habilitado para o tratamento de mercadorias em trânsito no país, destinadas a exposições.

Um calendário sucinto das principais feiras encontra-se no item 6 dos anexos.

### Veículos publicitários

O principal meio de promoção de produtos é a televisão. São raros os artigos de consumo final que não se apresentam ao mercado consumidor através desse veículo. Desde 1992, Portugal conta com quatro canais de televisão, sendo que dois deles pertencem ao Estado. O conseqüente aumento da concorrência contribuiu para a diminuição dos preços relativos desse veículo publicitário, bem como para melhoria da qualidade dos métodos utilizados.

A imprensa constitui o segundo principal veículo promocional em termos de volume de investimento publicitário no país, com destaque para as publicações comerciais e técnicas e, em menor grau, para os jornais. Se os jornais são o meio utilizado preferencialmente por empresas de serviços, seguros, bancos, instituições oficiais e empresas produtoras de bens convencionais (refrigerantes, eletrodomésticos, computadores, livros, entre outros), as publicações especializadas, por sua vez, permitem atingir segmentos mais específicos do mercado.

O rádio também aparece como recurso amplamente utilizado, tendo em vista o grande número de emissoras presentes no mercado e o custo relativamente baixo desse tipo de veículo publicitário. Empresas de serviços das mais variadas naturezas, bem como indústrias, lojas e redes de distribuição utilizam intensamente o rádio para divulgação.

Outros veículos publicitários, como os outdoors e o cinema, têm conquistado espaço no panorama publicitário português. As malas-diretas são utilizadas particularmente para a promoção de serviços ou de produtos de consumo durável em fase de lançamento, enquanto a distribuição de panfletos é aplicada, com frequência, pelos grandes distribuidores, super e hipermercados, para campanhas promocionais de preços.



No anexo I, item 7, encontram-se relacionados os principais meios de comunicação.

### Consultoria de Marketing

Quando uma empresa decide atuar no mercado externo, não pode deixar de realizar estudo de mercado aprofundado, que deverá incluir análise do contexto normativo, econômico e social do local de implementação do negócio, bem como análise quantitativa e qualitativa dos consumidores e da concorrência.

Na impossibilidade de enviar especialistas para o campo de trabalho, a empresa brasileira poderá recorrer a empresas de consultoria de marketing, capacitadas para elaborar estudos de mercado e formular estratégias de inserção, no mercado português, do produto/serviço brasileiro.

## 3. Práticas comerciais

### Negociações e contratos de importação

O idioma utilizado no relacionamento comercial Brasil-Portugal é o português. Geralmente, as comunicações entre empresas são realizadas via fax, mas também através de processos convencionais, como correspondência postal e telex, além do correio eletrônico. Os compromissos assumidos através dessas vias resumem-se, muitas vezes, à consulta ou pedido de oferta por parte do importador potencial, cuja resposta poderá indicar as condições de venda do comerciante interessado em exportar, possuindo, então, força de contrato. No entanto, transações que envolvam grandes quantidades ou montantes elevados, ou que impliquem o escalonamento de embarques e transportes, são feitas com base em contratos formais, celebrados após troca de correspondência tendente ao fechamento de um acordo de agenciamento, de representação ou de execução de negócio específico. Esses contratos, redigidos de acordo com as mercadorias objeto de contratação

e com a legislação de um dos dois países contratantes, assemelham-se a contratos de compra e venda. Os importadores portugueses preferem cotações cif (custos, seguro e frete) ou c&f (custos e frete), apresentadas, em geral, em dólares norte-americanos, em marcos alemães ou euros (utilizados sobretudo para transações no território europeu). Relativamente aos portos, os de Lisboa, Sines ou Leixões são os preferidos dos importadores. Quanto às condições de pagamento, a carta de crédito e as ordens de pagamento à vista ou a prazo são as formas mais comuns.

O cumprimento de prazos de entrega constitui fator importante para o êxito de negócios com os agentes econômicos portugueses. Da mesma forma, valorizam bastante a pronta resposta à correspondência e o cumprimento estrito do preceituado em contratos. De modo geral, as relações comerciais das empresas portuguesas com suas homólogas estrangeiras têm por base o interesse em desenvolver fluxo rentável de negócios, sob o primado da cordialidade e do bom entendimento.

### Designação dos Agentes

O agente é um dos intermediários mais comuns no mercado de exportação. A propriedade do produto não é transmitida a ele, pois atua apenas como representante da empresa no mercado escolhido. O agente vende, promove e assegura serviços vários, como o controle de créditos em nome do exportador no mercado e normalmente, recebe comissão de 5 a 10%.

Os contratos devem ser escritos e o tipo de colaboração deve ser bem especificado. O grau de exclusividade do agente depende do estabelecido entre as partes. A designação de agentes é recomendável, em especial, para bens de capital, de consumo durável ou produtos intermediários. Sua contratação poderá ser de grande valia, já que poderá facilitar a análise do mercado. Entretanto, o exportador deve ter o cuidado de não nomeá-lo sem informações cadastrais prévias. Dentre essas



informações, incluem-se: tipo de sociedade; volume de negócios; sociedades já representadas; informações comerciais; instalações; organização da distribuição; informações bancárias e possibilidades financeiras.

### **Abertura de escritório de representação comercial**

A abertura de escritório de representação comercial é recomendada a empresas que pretendam distribuir seus produtos a diversos países da União Europeia. O recurso a essa alternativa não tem sido usual por parte de empresas brasileiras, as quais têm preferido manter representantes do próprio país ou agentes exclusivos. De qualquer forma, a instalação de escritório de representação é regulamentada pela legislação do investimento estrangeiro. O investidor estrangeiro pode estabelecer-se, livremente, em qualquer setor econômico aberto ao capital privado, exceto em atividades passíveis de afetar a saúde e a ordem públicas, a segurança nacional ou em atividades relacionadas com a indústria do armamento. Nesse caso, é necessária aprovação prévia por parte das entidades competentes. Em termos gerais, o investimento estrangeiro foi completamente liberalizado pelo Decreto-Lei 321/95 de 28 de Novembro de 1995, ao eliminar a necessidade de declaração prévia. De acordo com o novo procedimento, exige-se apenas registro junto do ICEP (no caso de Portugal continental) ou das Secretarias Regionais de Planeamento e Finanças (no caso das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores), num prazo de 30 dias a partir da realização do investimento estrangeiro. Esse registro destina-se apenas a fins estatísticos e administrativos, mas sua não realização poderá implicar o pagamento de multas.

O capital mínimo para abertura de empresas situa-se entre 5.000 euros e 50.000 euros, conforme se trate de sociedade por quotas ou de sociedade anônima.

### **Seguros de transportes**

Não há, em Portugal, obrigatoriedade de seguro de mercadoria importada. A decisão dos agentes econômicos pelo seguro de transporte é tomada segundo a conveniência e disponibilidade financeiras. Dessa forma, dependendo do tipo de produto, seu meio de transporte, sua perecibilidade e outras características, será, ou não, contratado o seguro. Em geral, os importadores locais preferem comprar a mercadoria com transporte segurado, mesmo que isto represente aumento do custo final. Serão poucas as situações em que o seguro será dispensado. A cláusula de obrigatoriedade de seguro de transporte poderá mesmo constar de contratos de representação ou de importação. Em caso de importações abrangidas por financiamento bancário, a entidade financiadora obriga a contratação de seguro de transporte e supervisão de embarque.

### **Supervisão de embarques**

Não existe, em Portugal, instrumento legal que obrigue a supervisão de embarque ou de desembarque. No entanto, de acordo com o tipo de mercadoria, ou segundo as normas de contratos de exportação eventualmente firmados com empresa estrangeira, o importador poderá requerer a supervisão de embarque, que ficará a cargo do exportador. Nesse caso, a empresa exportadora deverá providenciar o certificado respectivo de qualidade, que será anexado à documentação relativa aos produtos embarcados.

### **Financiamento das importações**

Atualmente, vigoram, em Portugal, diversos sistemas de incentivos que podem abranger o financiamento de importações.

O Programa Operacional de Economia é um esquema de incentivos integrado ao III Quadro Comunitário de Apoio da União Europeia, que vigora de 2000 a 2006. Pretende assegurar o aumento contínuo da competitividade da indústria



portuguesa, por meio da modernização, diversificação e internacionalização das empresas. Os incentivos podem contemplar a aquisição de equipamentos ou serviços de consultoria ou formação profissional, entre outros investimentos, passíveis de co-participação. Os projetos poderão conter vertente de importação de bens de capital, de bens intermediários ou de serviços, e, nesse caso, a importação é parcialmente financiada.

Os bancos portugueses também oferecem crédito à importação para empresas industriais de sólida capacidade. A tomada de crédito bancário comum, todavia, como fator indutor de aumento de custos, é recurso a que as empresas apelam em situações especiais.

As empresas podem ainda recorrer ao financiamento externo de suas importações, através de bancos em outros países.

### **Litígios e arbitragem comercial**

No caso de existirem contratos formalizados, esses deverão ser feitos com base na legislação brasileira ou na portuguesa, pelo que devem incluir uma cláusula de resolução de litígios, com referência ao respectivo foro.

Em caso de desacordo, não cumprimento do contrato ou inexistência de cláusula formal para solução de litígios, as partes envolvidas poderão tentar resolver o problema através de acordo amistoso. Se o problema persistir têm, então, três vias: a gestão diplomática; a arbitragem internacional; ou o processo judicial, em local escolhido pelas partes, à luz das regras do Direito Internacional Privado.

A gestão diplomática consiste na mediação, por parte do Setor de Promoção Comercial (SECOM) da Embaixada do Brasil em Lisboa, junto às empresas portuguesas faltosas, em nome do queixoso brasileiro. Esse processo pode iniciar-se através da apresentação de reclamação comercial à Divisão de Informação Comercial do Ministério das Relações Exteriores, no Brasil. A questão poderá submeter-se, igualmente, à decisão de um ou mais árbitros nomeados por entidade de arbitragem (que poderá ser a Câmara de Comércio Internacional).



## VII - RECOMENDAÇÕES ÀS EMPRESAS BRASILEIRAS

### 1. Aproveitamento das facilidades decorrentes de regimes especiais

A importação portuguesa de várias mercadorias é beneficiada pela isenção ou redução de direitos aduaneiros, de acordo com diversos regulamentos da União Européia. Os exportadores brasileiros poderão obter informações sobre essas mercadorias junto ao Setor de Promoção Comercial (SECOM) da Embaixada do Brasil em Lisboa ou à Divisão de Informação Comercial (DIC) do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília.

Os empresários que pretendem colocar seus produtos no mercado português poderão aproveitar as vantagens proporcionadas ao Brasil, no âmbito do Sistema Geral de Preferências (SGP), da União Européia.

### 2. Informações atualizadas sobre tarifas e regulamentação de importação

Os exportadores brasileiros poderão obter informações sobre tarifas e regulamentação de importação junto à Divisão de Informação Comercial (DIC) do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, ou ao Setor de Promoção Comercial (SECOM) da Embaixada do Brasil em Lisboa.

Informações atualizadas sobre o regime tarifário e a regulamentação de importações em Portugal são fator importante para o sucesso da proposta de venda. O importador português é normalmente minucioso e, como qualquer outro, busca obter todas as vantagens possíveis nas negociações. Conhecer o valor dos direitos aplicáveis a seu produto poderá ser de grande valia para o exportador brasileiro fixar o preço final.

### 3. Remessa de amostras e de material publicitário

As amostras sem valor comercial, catálogos e publicações, destinadas a orientar pedidos de compra, são livres de direitos.

É sempre recomendável a remessa de catálogos aos importadores, de preferência, em português, contendo claras especificações. O catálogo é, para muitos importadores, o espelho do produto e da empresa.

### 4. Embarques, documentação e formalidades no Brasil

O exportador brasileiro deverá providenciar os documentos necessários para que o importador português possa retirar as mercadorias, tais como:

- fatura comercial, com todas as especificações dos produtos;
- certificado de origem, emitido pela Câmara de Comércio ou pelas Repartições consulares de Portugal no Brasil;
- certificado fitossanitário, zoossanitário ou de qualidade (quando exigido); e
- comprovante de pagamento de seguro, no caso da exportação na modalidade cif.

### 5. Canais de distribuição

O mercado português caracteriza-se pela intensa concorrência entre fornecedores estrangeiros. Desse modo, a escolha do canal mais apropriado para introduzir o produto brasileiro nesse mercado é de primordial importância. Para grande parte dos produtos manufaturados, os importadores-atacadistas, com rede de distribuição própria, serão os mais indicados. A designação de agentes é recomendável, em especial, para bens de capital, bens de consumo durável ou produtos intermediários. Nesses casos, recomenda-se verificar a





possibilidade de estocagem de pequenas quantidades ou de algumas unidades para fins de demonstração.

No caso da introdução de novos produtos no mercado português, os canais de distribuição mais convenientes são supermercados (ou suas centrais de compras) e importadores-atacadistas, principalmente para produtos alimentícios e manufaturados leves. Para os manufaturados em geral, é conveniente observar algumas outras recomendações:

- a) prontas respostas a consultas;
- b) preços cotados preferencialmente cif, em dólares norte-americanos;
- c) preços estáveis, na medida do possível;
- d) estimativa de prazo de transporte, com indicação de custos de frete aéreo alternativo;
- e) cumprimento dos prazos de entrega;
- f) observância de especificações de quantidade e qualidade constantes dos contratos; e
- g) assistência efetiva após a venda.

## 6. Promoção de produtos

Às empresas brasileiras que pretendem comercializar seu produto em Portugal recomenda-se realizar estudo de mercado, para contemplar a promoção de produtos nas suas mais variadas vertentes. A consulta às empresas de índices de audiência dos veículos publicitários permitirá a adequação da estratégia de promoção da empresa ao mercado português.

O recurso a feiras e exposições setoriais representa, igualmente, meio eficaz de promoção, no momento em que o produto apresente possibilidades de penetração no mercado.

As condições para a cobertura de custos promocionais pelas empresas exportadora e importadora deverão ser, em geral, estabelecidas em contrato de representação ou de agenciamento e dependerão de diversos fatores, tais como: nível de comprometimento da representação; prazo estabelecido no contrato; e cláusula de valores mínimos por períodos de tempo.

## 7. Prospecção de mercado e identificação de importadores

A identificação de importadores para um produto específico poderá ser feita através de contato com a Divisão de Informação Comercial (DIC) do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, que recebe, sistematicamente, solicitações de importadores portugueses, ou com o Setor de Promoção Comercial (SECOM) da Embaixada do Brasil em Lisboa, capacitado a efetuar pesquisa genérica das condições de mercado, ou, ainda, na internet, no site da BrazilTradeNet ([www.braziltradenet.gov.br](http://www.braziltradenet.gov.br)).

Caso necessite de informações aprofundadas, o exportador poderá contratar os serviços de empresas portuguesas especializadas em consultoria de marketing, algumas delas citadas no Anexo I, item 8. A BrazilTradeNet oferece, ademais, pesquisas de mercado de produtos específicos.

## 8. Práticas comerciais

Portugal tem longa tradição de comércio internacional. A língua comum torna ainda mais fáceis as negociações com empresários portugueses. Esses, individualmente ou integrados em missões, deslocam-se freqüentemente ao Brasil, sendo, portanto, útil inserir, na correspondência com os mesmos, convite para que visitem a empresa brasileira exportadora.

## 9. Designação de agentes e instalação de escritórios locais de empresas brasileiras

A contratação dos serviços de um agente poderá ser de grande valia, facilitando a análise do mercado.

Entretanto, o exportador deve ter o cuidado de designá-lo somente após obter informações cadastrais, que podem ser solicitadas ao Setor de Promoção Comercial (SECOM) da Embaixada do Brasil em Lisboa. É útil indagar se o mesmo não representa outros exportadores concorrentes.

É sempre conveniente a negociação prévia para desig-



nação de agentes, a fim de evitar agenciamento em cadeia, o qual ocorre quando uma oportunidade comercial é detectada e passa de um agente para outro até o fornecedor brasileiro, cada um daqueles reclamando comissões que oscilam de 1% a 5 % sobre o preço da mercadoria. Por isso, a seleção do agente ou representante deve ser minuciosa.

No que se refere à abertura de escritório local, a empresa brasileira poderá recorrer aos Centros de Formalidades das Empresas, instalados em Lisboa e no Porto, Coimbra, Braga, Setúbal, Covilhã e Loulé. Esses centros são delegações ou extensões dos vários serviços e organismos da administração pública para a abertura de empresas e a utilização deles diminui consideravelmente o tempo de duração habitual do processo para abertura de escritório.

### **10. Práticas usuais em relação a reclamações, litígios e arbitragem comercial**

Em caso de reclamações e litígios comerciais, a empresa brasileira poderá apresentá-los diretamente ao Setor de Promoção Comercial (SECOM) da Embaixada do Brasil em Lisboa ou a Divisão de Informação Comercial do Ministério das Relações Exteriores, para as averiguações necessárias. Em caso de resposta não satisfatória para a empresa reclamante ou da inexistência de cláusula de solução de disputas em contrato, deverá, a reclamante, estabelecer contato com a Câmara de Comércio de seu Estado, que encaminhará a questão à respectiva instância internacional, que, por sua vez, fará a arbitragem.

### **11. Viagens a negócios**

Recomenda-se ao exportador brasileiro que pretenda estabelecer contatos pessoais no mercado português, a preparação prévia de sua viagem e a consideração, entre outros, dos seguintes fatores:

a) os meses de julho a meados de setembro são desa-

conselháveis por coincidirem com o período de férias de verão;

b) os principais feriados portugueses são 1º de Janeiro, 25 de Abril, 1º de Maio, 10 e 13 de Junho, 15 de Agosto, 5 de Outubro, 1º de Novembro, 1º, 8 e 25 de Dezembro; e

c) é indispensável fazer reserva de hotel, através de agências de viagem ou das próprias companhias de transporte aéreo.

### **12. Assistência profissional**

a) Setor de Promoção Comercial

O Setor de Promoção Comercial (SECOM) da Embaixada do Brasil em Lisboa, poderá prestar assistência às empresas brasileiras, principalmente no que diz respeito a estudos de mercado de objetivo limitado; nomes e endereços de importadores portugueses; dados estatísticos e informações atualizadas sobre tarifas e regulamentação aduaneira; apoio para participação em exposições patrocinadas pelo Ministério das Relações Exteriores e informações cadastrais sobre importadores.

b) Bancos brasileiros

Em Lisboa, há uma agência do Banco do Brasil que poderá fornecer informações sobre linhas de crédito existentes para financiamentos de importações de produtos brasileiros ou sobre tipos de financiamento concedidos pela rede bancária comercial local.

c) Entidade ou associações de classe

Os exportadores brasileiros podem contar com os serviços da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira e da Associação Comercial de Lisboa. Há várias entidades de classe que, em caso de necessidade, poderão também ser consultadas.

**ANEXOS****Endereços**

Consultas detalhadas por nome de empresa ou por setor de atividade em Portugal poderão ser realizadas no sítio das Páginas Amarelas em Portugal em:

<http://www.paginasamarelas.pt> ou [www.pai.pt](http://www.pai.pt)

**1. Órgãos oficiais - Em Portugal****a) Representação diplomática e consular brasileira****Embaixada do Brasil e Setor de Promoção Comercial (SECOM)**

Estrada das Laranjeiras, 144  
1649-021 Lisboa

Tel.: 00 351 21 724 8510 (geral)

00 351 21 726-1827 (SECOM)

Fax: (+351)21 726 7623 (geral)

E-mail: [geral@embaixadabrasil.pt](mailto:geral@embaixadabrasil.pt)

Homepage: <http://www.embaixadabrasil.pt/>

**Consulado-Geral do Brasil em Lisboa**

Praça Luís de Camões, 22 - 1º andar  
1200 Lisboa

Tel.(21) 347 3565

Fax: (+351)21 347 3926

Telex: (+351)21 61736

E-mail: [conbrlsp@mail.telepac.pt](mailto:conbrlsp@mail.telepac.pt)

Homepage: <http://www.consulado-brasil.pt>

**b) Órgãos oficiais portugueses de interesse para empresários brasileiros****Banco de Portugal**

R. do Comércio, 148

1100 Lisboa

Tel.: (+351)213 130 000

Fax: (+351)213 143 938

Homepage: <http://www.bportugal.pt>

**Ministério das Finanças**

Av. Infante D. Henrique nº 1, 1149-009 Lisboa Codex

Tel.: (+351)218 816 800

Fax: (+351)218 862 360

Homepage: <http://www.dgt.pt> (direção-geral do tesouro)

E-mail: [relacoes.publicas@sgmf.pt](mailto:relacoes.publicas@sgmf.pt)

**Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas**

Praça do Comércio

1100 Lisboa

Tel.: (+351)213 234 600

Fax: (+351)213 473 798

**Ministério da Economia**

Av da República n.º 79

1600 Lisboa

Tel.: (+351) 217911600

Fax: (+351) 217930508

Homepage: <http://www.min-economia.pt/>



### **Ministério das Obras Públicas, Transporte e Comunicações**

Rua Saraiva Carvalho 2, Lisboa  
1100 Lisboa  
Tel.: (+351)213 966 786  
Fax: (+351)218 864 964  
Homepage: <http://www.min-plan.pt>

### **Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo**

*antiga Direcção-Geral de Relações Económicas Internacionais do Ministério da Economia*  
Rua da Alfândega, Ed da Alfândega  
1100 Lisboa  
Tel.: (+351) 21 881 37 00  
Fax: (+351) 21 840 90 28  
E-mail: [dgaiec@dgaiec.min-financas.pt](mailto:dgaiec@dgaiec.min-financas.pt)

### **IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas**

Rua Rodrigo da Fonseca, 73  
1269 - 158 LISBOA  
Tel.: (+351)213 836 000  
Fax: (+351)213 836 283  
Homepage: <http://www.iapmei.pt>

### **Centro de Formalidades das Empresas - Lisboa**

Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 86  
1070 - 063 Lisboa  
Tel (+351) 217 232 300  
Fax: (+351) 217 232 323  
<http://www.cfe.iapmei.pt>

### **ICEP - Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal**

Av. 5 de Outubro, 101/2  
1050 Lisboa  
Tel.: (+351) 217 909 500  
Fax: (+351) 217 961 176  
Homepage: <http://www.icep.pt>

### **Instituto Nacional de Propriedade Industrial Campo das Cebolas**

1149-035 Lisboa  
Tel.: (+351) 218 825 075  
Fax: (+351) 218 869 859  
<http://www.inpi.pt>

### **Instituto Português da Qualidade**

Rua António Gião 2  
2825 -513 Monte da Caparica  
Tel.: +351 212 948 100  
Fax: +351 212 948 001  
E-mail: [ipq@mail.ipq.pt](mailto:ipq@mail.ipq.pt)  
<http://ipq.pt>

### **Direcção-Geral das Alfândegas**

R. da Alfândega  
1100 Lisboa  
Tel.: +351 218 868 185  
Fax: +351 218 878 335

### **Direcção-Geral de Veterinária**

Largo Academia N B Artes 2 -3º  
1249-105 Lisboa  
Tel.: +351 213 239 500  
Fax: +351 213 430 311  
<http://www.dgv.min-agricultura.pt>



### Órgãos oficiais - No Brasil

#### a) Representação diplomática e consular de Portugal

##### **Embaixada de Portugal**

SES - Av. das Nações, lote 2 - Q.802  
70402-900 Brasília - DF  
Tel.: (061) 3321 3434/8040/2024  
Fax: (061) 3225 5296  
Telex: (061) 1033 E POR  
E-mail: embporbr@abordo.com.br

##### **Consulado-Geral de Portugal no Rio de Janeiro**

Av. Marechal Câmara, 160, sala 1809,  
Ed. Orly - Centro  
CEP 20020-080 Rio de Janeiro - RJ  
Tel: (021) 2544-2444  
Fax: (021) 2544-3262  
E-mail: mail@cgrrio.dgaccp.pt

##### **Consulado-Geral de Portugal em São Paulo**

Rua Canadá, 324  
01436-000 São Paulo - SP  
Tel: 011 3084-1800  
Site: www.consuladoporlugalsp.org.br

##### **Consulado-Geral de Portugal em Salvador**

Largo do Carmo, 4 1º e 2º Dto.  
40030-040 Salvador - BA  
Telefone (071) 2411756/ 2411633/ 2418522  
Fax (071) 2411756  
e-mail: mail@cgsba.dgaccp.pt

##### **Consulado de Portugal em Belém**

Av. Generalíssimo Deodoro, 1683 salas 401 e 403  
66040-140 Belém - PA  
Tel: 091 241-9994 ou 091 241-6666  
Fax: 91 2411181  
e-mail: geral@consportbelem.org.br  
site: www.consportbelem.org.br

##### **Consulado de Portugal em Belo Horizonte**

Av Álvares Cabral 1366 9º andar  
30170-001 Belo Horizonte - MG  
Tel: 031 3291-8192 Fax: 031 3291-8064  
site: www.consuladoporlugalmg.org.br

##### **Consulado de Portugal em Curitiba**

Rua Marechal Deodoro, 344 13º andar  
80010-909 Curitiba - PR  
Tel: 041 233-4211  
Fax: 041 222-1190

##### **Consulado de Portugal em Porto Alegre**

Rua Prof. Annes Dias, 112 10º andar  
90020-090 Porto Alegre - RS  
Tel: 051 3224-5767  
Fax: 051 3228-0087  
e-mail: consport@zaz.com.br

##### **Consulado de Portugal no Recife**

Av. Domingos Ferreira, 4060 6º andar  
51021-040 Recife - PE  
Tel: 081 3327.2073/1514  
Fax: 081 3467-8487/1514  
site: www.consuladoptrecife.com.br



### **Consulado de Portugal em Santos**

Rua D. Pedro II, 77 2º andar  
11010-080 Santos - SP  
Tel: 013 3219-4230 Fax: 013 3219-4197  
site: [www.consuladodeportugal-santos.org.br](http://www.consuladodeportugal-santos.org.br)

### **b) Órgãos oficiais brasileiros**

Informações sobre o mercado, inclusive condições de acesso, importadores locais e oportunidades comerciais:

#### **Divisão de Informação Comercial - DIC**

Ministério das Relações Exteriores  
70.170 - 900 Brasília - DF  
Tel.: (061) 3411.6390 / 6391 /6663/6668  
Fax.: (061) 3322.1935  
Homepage: <http://www.braziltradenet.gov.br>  
E-mail: [dic@mre.gov.br](mailto:dic@mre.gov.br)

Apoio a viagens e missões de empresários brasileiros ao país ou a missões econômicas e comerciais no Brasil:

#### **Divisão de Operações de Promoção Comercial - DOC**

Ministério das Relações Exteriores  
70.190 - 900 Brasília - DF  
Tels.: (061) 3411 6577 / 3411 6578  
Fax.: (061) 3411 6077  
Homepage: <http://www.braziltradenet.gov.br>  
E-mail: [doc@mre.gov.br](mailto:doc@mre.gov.br)

Informações sobre o mercado, documentação e formalidades de embarque; emissão exclusiva de certificados de origem para o Sistema Geral de Preferência:

### **Departamento de Operações de Comércio Exterior - DECEX**

Praça Pio X, 54 - 4º andar sala 402  
20.091 - 040 Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: (021) 2126 1011 / 2126 1292  
Homepage: <http://www.desenvolvimento.gov.br>  
<http://www.portaldoexportador.gov.br>

### **2. Empresas brasileiras**

Principais empresas brasileiras presentes em Portugal:

#### **Bento Pedroso - Construções, S.A.**

Quinta da Fonte Ed. João I 1º B  
2770-178 Paço de Arcos  
Tel.: (+351) 214 407 400

#### **Boticário - Tudo Azul, Lda.**

Av. Infante Santo, 23 - 11º  
1350 Lisboa  
Tel. (+351) 21 397 0556

#### **Certame - Feiras, Exposições e Congressos Ltda**

Travessa Forte de São Pedro 1 Paço de Arcos  
2770-069 Paço de Arcos  
Tel.: (+351) 214 406 200  
Fax.: (+351) 214 406 209

#### **Consultan Portuguesa - mediadora e imobiliária**

Av. da Liberdade, 258 - 3º  
1250-149 Lisboa  
Tel.: (+351) 213 173 880  
Fax.: (+351) 213 173 899



### **Itaúsa Portugal**

R. Tierno Galvan, T3 - 11º  
1070 Lisboa  
Tel.: (+351) 213 870 061

### **Marcopolo Indústrias de Carrocerias**

Estrada das Eiras, Apartado 8043  
3020-187 Coimbra  
Tel. (+351) 239 431 856

### **Zagope Construções Engenharia S.A**

Av. Frei Miguel Contreiras, 54 -4/7º  
1749-083 Lisboa  
Tel.: (+351) 218 432 500  
Fax.: (+351) 218 432 500

## **3. Câmaras de Comércio**

### **3.1 Em Portugal**

#### **Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira**

**R. de São Marçal, 77**  
1249-030 Lisboa  
Tel. (+351) 213 427 389  
Fax: (+351) 213 424 388

### **3.2. No Brasil**

#### **Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria no Rio de Janeiro**

Av. Graça Aranha, 1, 6.º andar, Centro  
20030-042 Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: (021) 2533 4189  
Email:  
camaraportuguesa-rj@camaraportuguesa-rj.com.br

#### **Câmara Portuguesa de Comércio em São Paulo**

Av. da Liberdade, 602  
01502-001 São Paulo - SP  
Telefone: (11) 3707-2768 e 3707-2765  
Fax: (11) 3727-2999  
E-mail: comercial@camaraportuguesa.com.br  
Site: www.camaraportuguesa.com.br

#### **ICEP – Delegação em São Paulo**

R. Canadá, 324  
01436-000 - SÃO PAULO SP  
Tel.: +55-11-3084-1830  
FAX: +55-11-3061-0595  
Email: icep@dialdata.com.br  
Site: www.icep.pt

#### **Câmara Portuguesa do Rio Grande do Sul**

Pç. D. Feliciano, 106  
CEP 9020 - Rio Grande do Sul  
Tel.: (051) 226 6700  
Fax.: (051) 2245767

## **4. Principais entidades de classe**

#### **Associação Industrial Portuguesa**

Praça das Indústrias  
1300-307 Lisboa  
Tel.: (+351) 213 601 000  
Fax: (+351) 213 639 047  
Homepage: <http://www.aip.pt>

#### **Associação Empresarial de Portugal (ex-Associação Industrial Portuense)**

Exponor  
4450 Leça da Palmeira  
Tel.: (+351) 229 981 661  
Fax: (+351) 229 957 017  
Homepage: <http://www.aiportuense.pt>



### **Associação Nacional de Jovens Empresários**

Quinta de Santa Marta  
Estrada da Circunvalação, 1495 -129 Algés  
Tel.: (+351) 214 120 075  
Fax: (+351) 214 120 368  
E-mail: anje@mail.telepac.pt  
Homepage: <http://www.anje.pt>

### **Associação Comercial de Lisboa**

R. das Portas de Santo Antão, 89  
1150 Lisboa  
Tel.: (+351) 21 322 4050  
Fax: (+351) 21 322 4051  
<http://www.port-chambers.com>

### **Confederação do Comércio e Serviços de Portugal**

Avenida D. Vasco Gama 29 - Lisboa  
1449-032 LISBOA  
Tel.: (351) 213 031 380  
Fax: (351) 213 031 401  
E-mail: [ccp.socinfo@mail.telepac.pt](mailto:ccp.socinfo@mail.telepac.pt)  
<http://www.ccp.pt>

### **Associação Portuguesa de Têxteis e Vestuário**

R. Gonçalo Cristóvão, 96 - 1º  
4000 Porto  
Tel.: (+351) 222 057 961  
Fax: (+351) 222 050 343  
E-mail: [aptv@mail.telepac.pt](mailto:aptv@mail.telepac.pt)

### **Associação Portuguesa de Empresas de Publicidade e Comunicação**

R. Rodrigo da Fonseca, 204 -4ºD  
1070-245 Lisboa  
Tel.: (+351) 213 854 672  
Fax: (+351) 213 856 518

### **5.Principais Bancos**

#### **5.1. Bancos brasileiros em Portugal**

##### **Banco do Brasil S.A.**

Praça Marquês de Pombal, 16-2  
1200-134 Lisboa  
Tel.: (+351)213 585 000  
Fax: (+351) 213 143 180

##### **Banco Itaú Europa S.A. (escritório de representação)**

Av. Tierno Galvan, torre 3 - 11º  
1070-274 Lisboa  
Tel.: (+351) 213 811 000  
Fax: (+351) 213 887 219  
[itaueuropa@mail.telepac.pt](mailto:itaueuropa@mail.telepac.pt)  
<http://www.itaueuropa.pt>

#### **5.2. Outros bancos em Portugal**

##### **Caixa Geral de Depósitos (agência em São Paulo, sob a denominação de Banco Financial Português)**

Av. João XXI, 63  
1000-300 Lisboa  
Tel.: (+351) 21 790 5000  
Fax: (+351) 21 790 5049  
Homepage: <http://www.cgd.pt>

##### **Milleniumbcp**

R. Augusta, 62 - 4º  
1100 Lisboa  
Tel.: (+351) 213 211 000  
Fax: (+351) 213 211 129  
Homepage: <http://www.millenniumbcp.pt>



**Banco Totta - Grupo Santander**

R. do Ouro, 88 - 1º  
1100 Lisboa  
Tel.: (+351 ) 21 321 1500  
Fax.: (+351) 21 321 3191  
Homepage: <http://www.bta.pt>

**Banco Espírito Santo (agências do Banco Boavista)**

Av. da Liberdade, 195  
1250 Lisboa  
Tel.: (+351) 21 315 8331  
Fax: (+351) 21 350 8915  
Homepage: <http://www.bes.pt>

**Banco Português de Investimento**

R. Tenente Valadim, 284  
4100 Porto  
Tel.: (+351) 226 073 100  
Fax: (+351) 226 098 787  
[bpi001@mail.telepac.pt](mailto:bpi001@mail.telepac.pt)

**6.Principais Feiras e Exposições**

As principais feiras e exposições realizam-se em Lisboa e no Porto. Principais entidades organizadoras destes eventos, em cujas páginas de internet se poderão obter informações complementares às informações sobre as feiras anuais:

**a) em Lisboa:****Associação Industrial Portuguesa - Departamento**

de

**Feiras e Exposições**

Praça das Indústrias  
Apartado 3200  
1301 Lisboa Codex

Tel.: (+351) 21 360 10 00  
Fax.: (+351) 21 363 90 47  
Homepage: <http://www.aip.pt>

**Calendário de Feiras**

## Janeiro

BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa  
AGROTECH - Salão de Máquinas Agrícolas

## Fevereiro

CERAMEX - Salão Internacional das Artes Decorativas e Domésticas

## Março

EXPOFRANCHISE - Fórum de Oportunidades e Negócios  
EXPOCLIMA - Salão da Climatização, Aquecimento, Ventilação, Frio Industrial, Aromatização e Controlo de Energia

## Maio

TEKTÓNICA - Feira Internacional da Construção e Obras Públicas  
SIMAC - Salão Internacional de Materiais, Máquinas e Equipamentos para a Construção  
SIROR - Salão Internacional das Pedras Naturais  
Salão Internacional de Pavimentos e Revestimentos Cerâmicos

## Junho

Mostra de Bens e Equipamento

## Julho

FIA - Feira Internacional de Artesanato

## Setembro

SPORTIVE - Salão Internacional do Desporto



Outubro

INFORPOR - Feira Internacional de Informática e Tecnologias de Informação

Novembro

EXPOTELECOM - Salão Internacional das Telecomunicações, Electrónica e Serviços, Salão do Imobiliário Investimento, Promoção, Construção e Comercialização

### **b) no Porto:**

#### **Exponor - Feira Internacional do Porto**

4450-617 Leça da Palmeira

Tel: (+351) 229 981 400

Fax: (+351) 229 957 499

Homepage: <http://www.exponor.pt>

Janeiro

INTERDECORAÇÃO - Casa, Decoração e Brinde

Março

EXPORT HOME - Mobiliário, Iluminação e Artigos de Casa para Exportação

Abril

ALIMENTAÇÃO - Exposição Internacional de Alimentação

EXPOFRESCOS - Salão de Produtos Frescos

EXPOGELO - Salão de Gelados e Produtos Congelados

EXPOTRADIÇÃO - Salão de Produtos de Origem Certificada

Maior

FIP/ARTESANATO - Mostra Internacional de Artesanato

EXPOTURIS - Salão do Turismo e do Lazer

PORTUGAL MEDIA - Salão Internacional das Tecnologias de Informação

INFORMÁTICA - Salão de Sistemas de Informação

COMUNICAÇÕES - Salão Internacional de Telecomunicações

Setembro

CERANOR - Exposição de Cerâmica, Vidro, Artigos Decorativos e Utilidades Domésticas

BRINDE - Salão de Brindes e Brinquedos

Outubro

CASATÊXTIL - Salão Internacional de Têxteis Lar e Decoração

FIMAP - Feira Internacional de Máquinas para Trabalhar Madeira

FERRÁLIA - Salão de Acessórios e Equipamento Auxiliar para a Indústria da Madeira

CONCRETA - Feira Internacional de Materiais de Construção

Novembro

EMAF - Exposição Internacional de Máquinas-Ferramenta e Acessórios

SIMIEX - Salão Internacional de Manutenção Industrial

INTERINDÚSTRIA - Salão Internacional de Produtos e Serviços para a Indústria

PORTUGAL METAL - Salão de Produtos de Metalurgia e Metalomecânica

Informações sobre o calendário anual e condições de participação oficial brasileira em feiras e exposições em Portugal podem também ser obtidas junto ao Setor de Promoção Comercial (SECOM) da Embaixada do Brasil em Lisboa ou, no Brasil, mediante consulta à:

#### **Divisão de Feiras e Turismo - DFT**

Ministério das Relações Exteriores

70170-900 Brasília - DF



Tel.: (061) 3411 6394/6395/6421/6644  
 Fax.: (061) 3322 0833  
 e-mail: dft@mre.gov.br

## 7. Meios de comunicação

### 7.1. Principais jornais

Lisboa: Público; Diário de Notícias; Correio da Manhã;  
 24 Horas; Correio da Manhã; Expresso; O Independente; Diá-  
 rio Econômico; Semanário Econômico; Semanário.  
 Porto: Jornal de Notícias; Primeiro de Janeiro.

### 7.2. Principais revistas

Econômicas: Exame, Fortuna, Valor  
 Gerais: Grande Reportagem, Visão, Focus  
 Sociedade: Caras, Olá, Nova Gente  
 Femininas: Cosmopolitan, Elle, Máxima, Mulher  
 Moderna,  
 Automóveis: Motor, Turbo, Auto Hoje

### 7.3. Canais de TV

Rádio Televisão Portuguesa S.A. - RTP (canais 1 e 2)  
 Sociedade Independente de Comunicação S.A.  
 - SIC (canal 3)  
 Televisão Independente S.A. - TVI (canal 4)

### 7.4. Estações de rádio (nacionais)

Rádio Renascença  
 Rádio Comercial  
 TSF Rádio Jornal S.A.

Rádio Difusão Portuguesa (Antena 1, 2 e 3)

### 7.5. Principais agências de publicidade

#### EURO - RSCG Publicidade

Alameda dos Oceanos, Pavilhão das Exposições, Torre  
 Parque das Nações - 1990-223 Lisboa- Portugal  
 Tel.: (+351) 218 922 600  
 Fax: (+351) 218 922 600  
 E-mail: info@eurorscg.pt  
 homepage: <http://www.eurorscg.pt>

#### Publicis - Publicidade

R. Gonçalves Zarco, 14  
 1499-013 Lisboa Codex  
 Tel.: (+351) 213 035 100  
 Fax: (+351) 213 032 200  
 E-mail: publicis@publicis.pt  
 Homepage: <http://www.publicis.pt>

#### Park Saatchi & Saatchi Portugal Publicidade Lda.

Rua Gonçalo Zarco 16-B  
 1400-191 LISBOA  
 Tel: (+351) 213 003 000  
 Fax: (+351) 213 032 200  
 marketing@saatchi.pt

#### McCann-Erickson Portugal

Rua Carlos A.M. Pinto 17/8º-9º  
 1070-046 LISBOA  
 Tel.: (+351) 217 517 500  
 Fax: (+351) 217 517 501  
 E-mail: rcosta@europe.mccann.com  
 Homepage: <http://www.mccann.pt>

**Bates Portugal-Publicidade Marketing Lda**

Avenida 5 Outubro 35,8º - Lisboa  
1069-026 LISBOA  
Tel: (+351) 213 172 621  
Fax: (+351) 213 543 441  
batesp@bates.pt  
Http:// bates.pt

**8.Consultoria de marketing****Lisconsult**

Avenida Elias Garcia n.º137 -7º  
1050-099 Lisboa  
Tel. :(+351) 217 803 600  
Fax. :(+351) 217 940 368  
e.mail. : geral@lisconsult.pt

**Roland Berger & Partner - Consultores Internacionais de Estratégia Empresarial**

Av. Fontes Pereira de Melo, 51-4ºE  
Edifício Monumental  
1050-120 Lisboa  
Tel.: (+351) 213 567 600  
Fax: (+351) 213 524 360  
E-mail: rolandberger@mail.telepac.pt

**Metris-Métodos de Recolha e Investigação Social Lda.**

Avenida Eng Arantes Oliveira 3,2º - 1900 LISBOA  
Tel.: (+351) 21 843 22 00  
Fax: (+351) 21 846 12 03  
info@metris.pt  
http://www.metris.pt

**Euroteste-Marketing e Opinião SA**

Rua Marquês da Fronteira 8 - 1º  
1070-269 LISBOA  
Tel: (+351) 210 000 200  
Fax: (+351) 210 000 290

**A C Nielsen Quantum Portugal-Estudos de Mercado Lda.**

Rua D. Filipa Vilhena 38 - Lisboa  
1049-004 LISBOA  
Tel: (+351) 217 811 200  
Fax: (+351) 217 811 445  
acnp@mail.telepac.pt  
http://www.acnielsen.pt

**9.Aquisição de documentação****Imprensa Nacional - Casa da Moeda**

Avenida António J Almeida - Lisboa  
1000 LISBOA  
Tel: (+351) 21 781 07 00  
Fax: (+351) 21 781 07 32  
incm@incm.pt  
http://www.incм.pt

O anuário Estatísticas do Comércio Externo de Portugal pode ser adquirido no seguinte endereço:

**Instituto Nacional de Estatística - INE**

Av. António José de Almeida  
1000 Lisboa  
Tel.: (+351) 218 426 100  
Fax: (+351) 218 426 380  
Homepage: http://www.ine.pt



A Tarifa Aduaneira Portuguesa pode ser adquirida no seguinte endereço:

### **Livraria Camões**

(livraria da Imprensa Nacional – Casa da Moeda de Lisboa)  
Rua Bittencourt Silva, 42  
CEP 20040 - 000 - Rio de Janeiro - RJ  
Tel / Fax: (21) 2262-4776

## **10. Companhias de transporte para o Brasil**

### **10.1. Marítimas**

#### **a) Brasileiras**

De Lisboa saem navios de carga com destino aos portos brasileiros de Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Santos, Santarém, Itacoatiara, Paranaguá, Rio Grande e Vitória.

#### **Empresa de Navegação Aliança**

Agente em Portugal:  
ASECO - Agência Marítima de Contentores, Ltda.  
Rua D. Luís I, 19 - 3ºR  
1200 Lisboa  
Tel.: (+351) 213 979 031  
Fax: (+351) 213 973 862  
E-mail: asecolei@mail.telepac.pt

#### **Hamburgo Sud**

Agente em Portugal:  
NAVEX - Empresa Portuguesa de Navegação S.A.  
Largo Corpo Santo 21 – 2º  
1249 002 Lisboa  
Tel.: (+351) 213 226 338  
Fax: (+351) 213 226 310

#### **b) Portuguesas / internacionais**

De Lisboa saem, semanalmente, vagões com destino a Bilbao (Espanha), de onde saem navios de carga com destino aos portos brasileiros de Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá, Rio Grande e Itajaí. A Maersk possui também um serviço semanal para o Brasil.

#### **Pinto Basto Navegação SA**

Avenida 24 Julho 1,1º - Lisboa  
1200-478 LISBOA  
Tel: (+351) 213 230 400  
Fax: (+351) 213 471 231  
lisboa@pintobasto.com

Agente geral no Brasil:

#### **Navibrás, Comercial, Marítima e Afretamentos, Ltda**

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855, 13º, conj.132  
0458-903 São Paulo - SP  
Tel.: (011) 829 5511  
Fax: (011) 829 0343 Telex: (011) 30813 NAVB BR

#### **Maersk Portugal-Transportes Internacionais Lda.**

Av. D. João II 1.16.05-L 11º  
1990-083 LISBOA  
Tel: (+351) 218 980 200  
Fax: (+351) 218 980 231  
E-mail: porsal@maersk.com <http://www.maersk.com>

### **10.2. Aéreas**

A TAP Air Portugal e a VARIG fazem vôos diários e diretos com destino a Lisboa e Porto.



### a) Brasileiras

#### **VARIG S.A.**

Praça Marquês de Pombal, 1-r/c  
1250 Lisboa

Tel.: 218 409 780 (Aeroporto Portela, Lisboa)

Fax: 213 526 462

Tel.: 22 941 7896 (Aeroporto Francisco Sá Carneiro,  
Porto)

E-mail: varig.lis@mail.telepac.pt

Homepage: <http://www.varig.com.br>

### b) Portuguesa

A TAP possui agências nas principais cidades brasileiras e opera vôos diários para o Brasil.

#### **Tap Air Portugal**

Rua Aeroporto Lisboa - Lisboa  
1700 LISBOA

Tel: (+351) 218 415 000

Fax: 218 415 095

info@tap.pt

<http://www.tap-airportugal.pt>

## 11. Supervisão de Embarques

#### **SGS de Portugal Sociedade Geral de Superintendência Lda.**

Doca Leixões Doca 2-N - L Palmeira  
4450 MATOSINHOS

Tel: (+351) 229 964 486

Fax: (+351) 229 963 840

sgs.portugal@sgsgroup.com

<http://www.sgs.pt>

#### **SGS do Brasil**

Av. das Nações Unidas, 11633, 4º andar, Brooklyn  
CEP 04578-000, São Paulo SP

Tel.: (011) 55051585

Fax: (011) 55051569

E-mail: [sgs.brasil@sgsgroup.com](mailto:sgs.brasil@sgsgroup.com)

#### **CARMAC - Representação e Tramitação Aduaneira, Lda.**

(despachante)

R. da Manutenção, 17 - 1º Esq.

1900 -318 Lisboa

Tel.: (+351) 21 868 6831/2

Fax.: (+351) 21 868 7104



## II - Fretes e comunicações com o Brasil

### 1. Informações sobre fretes

#### 1.1. Marítimos

Para informações específicas e atualizadas sobre fretes marítimos Brasil-Portugal, os empresários brasileiros interessados deverão consultar, no Brasil, as empresas de transportes marítimos relacionadas no Anexo I, item 10.

#### 1.2. Aéreos

Valores indicativos médios dos fretes aéreos, entre Lisboa e o Rio de Janeiro, de mercadoria classificada como carga geral encontram-se discriminados abaixo. Os valores são indicativos e a decisão de despachar a mercadoria através desse meio não dispensa consulta à seção de carga das companhias aéreas relacionadas no Anexo I, item 10.

Fretes Rio de Janeiro-Lisboa, em Euros, carga geral  
Valor mínimo cobrável: 32,42 € (29,43 US\$)

Fonte: TAP

MINIMO	32,42 €
TARIFA NORMAL	7,48 €/kg
TARIFA + 45	5,66 €/kg
TARIFA + 100	4,91 €/kg
TARIFA + 300	3,97 €/kg
TARIFA + 500	3,42 €/kg
TAXA DE PORTE	18,00 €
TAXA DE HANDLING	2,00 € (até 100kg) + 0,02 €/kg (a partir dos 100kg)
TAXA DE SEGURANÇA	0,15 €/kg
TAXA DE COMBUSTIVEL	0,35 €/kg
TAXA DE ALFANDEGA	(depende do tipo e valor da mercadoria)

Existem outras taxas, além destas, aplicáveis a determinados tipos de mercadoria, como "carga perigosa", "animais vivos", "carga valiosa", "taxa de raio-x"

### 2. Tarifas das comunicações para o Brasil

#### 2.1. Telefone

Apresentam-se, a título indicativo, os preços da Portugal Telecom. Com a recente liberalização da telefonia fixa, diversos outros operadores apresentam preços competitivos e promoções temporárias.

Telefones internacionais: preço por minuto após tempo inicial  
(preço inicial de € 0.119(US\$ 0,09) com tempo incluído de 5 segundos)

	Normal*	Econômico**	Fim de Semana***
Europa Zona 1	0,416	0,386	0,356
Europa Zona 2	0,712	0,564	0,564
Restantes Países	0,712	0,564	0,564
Brasil Fixo	0,653	0,237	0,178
Brasil Móvel	0,712	0,534	0,416

\*Dias úteis 09h00 às 21h00

\*\*Dias úteis das 21h00 às 09h00

\*\*\*Feriados das 00h00 às 24h00

Pagamento inicial de 0,119 5 seg

Faturação após 5 seg



### 2.2. Telegramas

- US\$ 8,00 (ou 1.770 escudos - €7.35) de taxa fixa + US\$ 0,42 (92,7 escudos € 0.48) por palavra.

### 2.3. Telex

- tarifa idêntica à dos telegramas

### 2.4. Fax

- tarifa idêntica à das comunicações telefônicas.

### 2.5. Correspondência postal

Para assegurar que a correspondência comercial postal chegue a seu destino, será conveniente que o exportador brasileiro remeta a carta registrada com aviso de recepção.

A correspondência postal aérea destinada ao Brasil demora cerca de cinco dias úteis a chegar e a tarifa aplicável dependerá do peso.

Tarifas indicativas da correspondência postal

Até 20g	€0,72
20g-50g	€1,65
50g-100g	€1,75
100g-250g	€3,35
250g-500g	€5,7
500g-1000g	€12,3
1000g-2000g	€ 20
Bilhete Postal	€0,72

As encomendas demoram a chegar ao destino (fora da União Européia), de 7 a 10 dias úteis, conforme sejam remetidas por via aérea (correio prioritário) ou marítima (correio econômico), respectivamente. As tarifas apresentam-se na tabela abaixo.

Tarifas indicativas de encomendas

	€
Até 1Kg	28,40
1kg-2kg	34,78
5kg-6kg	60,63
10kg-11kg	94,68
+ 20kg	165,57

### III - INFORMAÇÕES SOBRE SISTEMA GERAL DE PREFERÊNCIAS

Dada a extensão da lista de produtos beneficiados pelo Sistema Geral de Preferência, em Portugal, bem como as alterações periódicas a que está sujeita, recomenda-se aos empresários brasileiros interessados dirigir consulta específica a um dos seguintes órgãos (vide Anexo I, item I):

- 1) Divisão de Informação Comercial (DIC) do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília;
- 2) Divisão de Acesso a Mercados (DACCESS), do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília.
- 3) Departamento de Negociações Internacionais - DEINT da SECEX/MICT, no Rio de Janeiro;
- 4) Escritório Comercial da Embaixada de Portugal em Brasília;
- 5) Câmara de Comércio Luso-Brasileira, no Rio de Janeiro;
- 6) CNI, FIESP e AEB;
- 7) Entidades de Classe.





## IV- INFORMAÇÕES PRÁTICAS

### 1. Moeda

1 Euro equivale a 100 cêntimos. Circulam notas de 500, 200, 100, 50, 20, 10, 5, convém no entanto salientar que não circulam em grande número as notas de 500 e 200 euros em território português. Cotação em 30/09/05: € 1,00 = US\$ 1,202. Cotação fixa e irrevogável face ao euro: 1 euro = 200,482 escudos

### 2. Pesos e medidas

Portugal utiliza o sistema métrico decimal.

### 3. Feriados

Em Portugal, existem os seguintes feriados: Ano Novo; Carnaval, Sexta-feira Santa; Dia da Liberdade (25 de Abril); Dia do Trabalhador; Dia de Portugal (10 de Junho); Corpus Christi; Assunção de Nossa Senhora (15 de Agosto); Implantação da República (5 de Outubro); Dia de Todos os Santos (1º de Novembro); Restauração da Independência (1º de Dezembro), Dia de Nossa Senhora (8 de Dezembro) e Natal. Além desses, há os feriados municipais, entre eles, Lisboa (13 de Junho) e Porto (24 de Junho).

### 4. Fuso horário

De outubro a maio há diferença de duas horas a mais em relação a Brasília; de junho a setembro (horário de verão), a diferença passa a ser de quatro horas.

### 5. Horário comercial

Geralmente, os escritórios e fábricas funcionam cinco dias por semana, com 8 horas de trabalho diário. Os bancos funcionam das 8:30h às 15h, exceto aqueles que funcionam

em grandes superfícies comerciais, esses fecham às 18h. O comércio abre diariamente das 9:30h às 19h, eventualmente com intervalo para almoço (de 13h às 14h ou 15h) e, aos sábados, de 9h às 13h. Nos centros comerciais, porém, o horário estende-se até às 23h ou 24h, incluindo fins de semana e feriados.

### 6. Corrente elétrica

A corrente elétrica é, em todo o continente e regiões autônomas da Madeira e Açores, de 220 volts e 50 ciclos.

### 7. Períodos recomendados para viagens

O período recomendado para viagens é de outubro a junho. O período de junho a setembro deve ser evitado, já que corresponde aos meses tradicionais de férias de verão, tornando-se mais difícil tratar de negócios.

Além disso, é mais dispendioso e custoso para conseguir acomodações. De qualquer forma, antes de empreender a sua viagem, é conveniente informar-se sobre a situação geral do mercado.

### 8. Visto de entrada

Não é exigido visto em passaporte brasileiro para uma permanência de três meses, prorrogáveis por idêntico período, seja para os que viajam a negócios ou a passeio.

### 9. Vacinas

Para brasileiros, não há exigência de qualquer vacina.

### 10. Câmbio

Não existem restrições cambiais em Portugal. O câmbio pode ser realizado livremente nas casas e bancos autorizados.



### 11. Hotéis

Tratando-se de país de língua comum, orientações mais precisas podem ser facilmente obtidas junto a agências de turismo e companhias aéreas.

#### **Park Atlantic Le Meridien Lisboa \*\*\*\*\***

Rua Castilho, 149  
1099-034 Lisboa Codex  
Tel.: (+351) 213 818 700  
Fax: (+351) 213 890 505  
E-mail: reservas.lisboa@lemeridien.pt

#### **Hotel da Lapa \*\*\*\*\***

Rua do Pau da Bandeira, 4  
1200 Lisboa  
Tel.: (+351) 213 950 005  
Fax.: (+351) 213 950 665

#### **Hotel Fénix \*\*\*\*\***

Praça Marquês de Pombal, 8  
1269-133 Lisboa  
Tel.: (+351) 21 3862 121  
Fax.: (+351) 21 386 0131  
E-mail: h.fenix@ip.pt

#### **Hotel Lisboa Plaza \*\*\*\*\***

Travessa do Salitre, 7, 1250 Lisboa  
Tel.: (+351) 21 346 3922  
Fax.: (+351) 21 347 1630

#### **Hotel Veneza Lisboa \*\*\*\*\***

Av. da Liberdade, 189  
1250 Lisboa  
Tel. (+351) 21 352 2618  
Fax.: (+351) 21 352 6678

#### **Hotel Dom Carlos \*\*\*\*\***

Av. Duque de Loulé, 121  
1050 Lisboa  
Tel.: (+351) 21 353 9070  
Fax.: (+351) 21 352 0728

#### **Hotel Sheraton Porto \*\*\*\*\***

Avenida da Boavista, 1269  
4150 Porto  
Tel.: (+351) 226 068 822  
Fax.: (+351) 226 091 467

#### **Hotel Mercure Batalha Porto \*\*\*\*\***

Praça da Batalha, 116  
4000 Porto  
Tel.: (+351) 222 000 571  
Fax.: (+351) 222 002 468

#### **Grande Hotel do Porto \*\*\*\*\***

Rua de Santa Catarina, 197  
4000 Porto  
Tel.: (+351) 22 200 8176  
Fax.: (+351) 22 311061

#### **Hotel Quinta das Lágrimas \*\*\*\*\***

Quinta das Lágrimas - Santa Clara  
3040 Coimbra  
Tel.: (+351) 239 441615  
Fax.: (+351) 239 441695

#### **Hotel Astória \*\*\*\*\***

Av. Emídio Navarro, 21  
3000 Coimbra  
Tel.: (+351) 239 22055/6  
Fax.: (+351) 239 22057



## BIBLIOGRAFIA

Para elaboração do presente estudo recorreu-se a informações fornecidas por diversos organismos, quer através das respectivas páginas oficiais na internet (Presidência do Conselho de Ministros da República Portuguesa, Ministério da Agricultura, INE, ICEP, Banco de Portugal, OECD), quer através de publicações, entre as quais se contam as seguintes:

- Ministério das Finanças, Relatório Sobre a Execução e Orientação da Despesa – Maio 2004
- Programa de Estabilidade e Crescimento, Actualização para o período 2004-2007 – Dezembro 2003. Governo
- Boletim Estatístico Mensal do Banco de Portugal – Dez 2003
- Relatório Anual do Banco de Portugal 2003
- Anuário Estatístico do Banco Mundial 1997
- Anuário Estatístico das Nações Unidas – 47ª edição
- Anuário estatístico do INE 2004 com dados do censo 2001
- Relatório sobre a situação geral dos mercados de valores imobiliários - CMVM
- Comissão Europeia – European Commission Occasional Papers
- Estatísticas do Comércio Internacional – 2002 – Instituto Nacional de Estatística
- Factos e Números Essenciais sobre a União Europeia – Fev 2004- Publicação Comissão

CRÉDITOS



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES  
Departamento de Promoção Comercial  
Divisão de Informação Comercial  
Brasília, 2005

Coleção: Estudos e Documentos de Comércio Exterior  
Série: Como Exportar  
CEX: 124

Elaboração: Ministério das Relações Exteriores - MRE  
Departamento de Promoção Comercial - DPR  
Divisão de Informação Comercial - DIC  
Embaixada do Brasil em Lisboa  
Setor de Promoção Comercial - SECOM

Coordenação: Divisão de Informação Comercial

Distribuição: Divisão de Informação Comercial

Os termos e apresentação de matérias contidas na presente publicação não traduzem expressão de opinião por parte do MRE sobre o "status" jurídico de quaisquer países, territórios, cidades ou áreas geográficas e de suas fronteiras ou limites. Os termos "desenvolvidos" e "em desenvolvimento", empregados em relação a países ou áreas geográficas, não implicam tomada de posição oficial por parte do MRE.

### Direitos reservados.

O **DPR**, que é titular exclusivo dos direitos de autor (\*), permite sua reprodução parcial, desde que a fonte seja devidamente citada.

(\*) Este guia foi registrado no Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional  
ISBN 85-98712-21-3